



FICS

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO, FORMAÇÃO
INTEGRAL E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA
CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES**

JOÃO GUEDES DOS ANJOS

ASSUNÇÃO/PARAGUAI

2019



FICS

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO, FORMAÇÃO INTEGRAL
E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA CRECHE ESCOLA
COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES**

JOÃO GUEDES DOS ANJOS

ASSUNÇÃO/PARAGUAI

2019



FICS

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO, FORMAÇÃO INTEGRAL E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES

Dissertação apresentada à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales como parte do requisito para obtenção do grau de Mestrado em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Barbosa.

ASSUNÇÃO/PARAGUAI

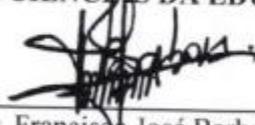
2019

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:**

JOÃO GUEDES DOS ANJOS

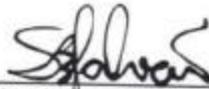
**EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO,
FORMAÇÃO INTEGRAL E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA CRECHE
ESCOLA COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES**

**COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



Prof. Dr. Francisco José Barbosa
ORIENTADOR

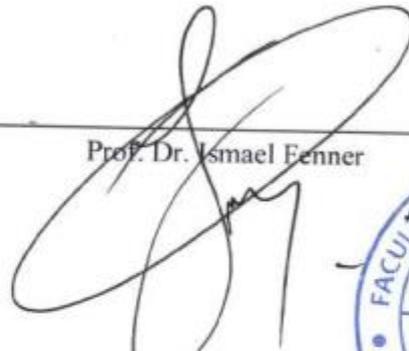
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Susana M. Barbosa G.



Prof. Dr. Matiasalém Alves Oliveira



Prof. Dr. Ismael Fenner

Asunción – Paraguay
2019



Aos meus pais Anita Bartolomeu Guedes dos Anjos e Marcolino Félix dos Anjos, In Memoriam, por me ensinar o valor da família, do respeito e do estudo para a construção da pessoa que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças e direção nessa caminhada e por não ter me deixado sucumbir quando os desafios pareceram insuperáveis.

Aos meus pais, In Memorian, e aos meus familiares que sempre me incentivaram a estudar e contribuíram incessantemente para mais uma conquista.

Ao querido professor Dr. Francisco José Barbosa pelo excelente trabalho na orientação, incentivo e ensinamentos.

À nossa querida e amada coordenadora, Telma Regina, pelo carinho, atenção e acolhimento durante nossos encontros pedagógicos.

Aos amigos que conheci durante o curso, em especial à Núbia, Patrícia e Josymare que contribuíram nos trabalhos realizados e nos momentos de carinho que pudemos compartilhar.

A cidade de Santo Amaro pela acolhida e afeto com que nos recebeu.

A amiga Verônica Moraes que tanto me ajudou a trilhar os caminhos acadêmicos.

Agradeço a Deus por ter colocado você minha na vida, serei eternamente grato.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram e colaboraram para a realização deste sonho.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

Autor: John Dewey

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo sobre a importância do ensino infantil para o desenvolvimento cognitivo e social dos educandos da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes. Para alcançar este objetivo foram imprescindíveis investigações que respondessem à questão da pesquisa: De que forma os docentes da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes tem contribuído para a formação cidadã e uma melhora educacional de seus educandos? A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa com análise de material colhido dos pais e professores da Unidade de Ensino estudada. Os questionários aplicados, com questões abertas e fechadas, foram utilizados como instrumentos da pesquisa. As análises são descritas na perspectiva de compreender a importância da Creche-Escola na formação plena do indivíduo. A pesquisa tem como foco refletir, analisar e compreender a contribuição da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes na vida dos seus educandos. Os resultados apontados neste trabalho refletem que tanto os pais, quanto os professores, reconhecem a importância da Educação Infantil e da Creche Escola para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e sociocultural dos educandos.

Palavras-chave: Educação Infantil, Família, Creche-escola, Docentes.

ABSTRACT

This paper aims to present a study on the importance of early childhood education for the cognitive and social development of students from the Miguel Fróes Community School. In order to achieve this objective, it was essential to investigate the research question: How have the teachers of the Miguel Fróes Community Nursery School contributed to the formation of citizens and an educational improvement of their students? The research presents a qualitative approach with analysis of material collected from parents and teachers of the studied teaching unit. The applied questionnaires, with open and closed questions, were used as research instruments. The analyzes are described from the perspective of understanding the importance of day care in the full formation of the individual. The research focuses on reflecting, analyzing and understanding the contribution of the Miguel Fróes Community Nursery School in the lives of its students. The results pointed out in this paper reflect that both parents and teachers recognize the importance of early childhood education and day care for the cognitive, affective and socio-cultural development of the students.

Keywords: Kindergarten, Family, Nursery, Teachers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMBP- Associação Beneficente dos Moradores do Bairro de Pirajá

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SESC- Serviço Social do Comércio

U.E- Unidade de Ensino

VSBA- Voluntárias Sociais da Bahia

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Faixa etária dos pais.....	81
Gráfico 2 -Escolaridade dos pais.....	82
Gráfico 3 -Quantidade de filhos na escola.....	83
Gráfico 4 -Em sua opinião, a Educação Infantil é importante para a formação político-cidadã do seu filho?	83
Gráfico 5 -Para você, a Creche Escola Comunitária desenvolve ações que contribuem para o desenvolvimento do seu filho?	84
Gráfico 6 -Você percebe o empenho dos professores e da direção em proporcionar um ensino de qualidade?	85
Gráfico 7 -Você considera que a rotina da Creche Escola é importante para o desenvolvimento da criança?	86
Gráfico 8 -Você considera o brincar importante para o desenvolvimento da aprendizagem na Educação Infantil?	87
Gráfico 9 -Faixa etária dos professores	88
Gráfico 10 -Formação acadêmica	89
Gráfico 11 -Quanto tempo trabalha com a Educação Infantil?	90
Gráfico 12 -Turmas de atuação	90
Gráfico 13 -Em sua opinião, a Educação Infantil é imprescindível para a formação político-cidadã e educacional da criança?	91
Gráfico 14 -A Creche Escola Comunitária Miguel Fróes desenvolve ações que contribuem para o desenvolvimento cognitivo dos alunos?	92
Gráfico 15 -É possível perceber com clareza que os alunos que frequentam regularmente a escola têm maior desenvolvimento na construção das habilidades do que os que não frequentam assiduamente?	93
Gráfico 16 -Você considera a rotina da Creche Escola é importante para o desenvolvimento dos educandos?	93
Gráfico 17 -Você considera o brincar importante para da aprendizagem na Educação Infantil?	94
Gráfico 18 - Você utiliza recursos lúdicos em suas aulas?	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. HISTÓRICO DA CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES	17
1.1 Sobre a fundação e seus fundadores.....	17
1.2.Dimensão física	21
1.2.1 Dimensão administrativa.....	22
1.2.2 Perfil da comunidade escolar e local.....	23
1.3 Concepção pedagógica da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes	25
1.4 Socialização e formação integral da criança na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes	35
CAPÍTULO II. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA.....	38
2.1 Constituição histórica da Educação Infantil no Brasil	39
2.2 Desenvolvimento das Políticas Públicas para Educação e Infância no Brasil	43
2.3 Educação Infantil: Desenvolvimento e aprendizagem	49
2.4 A importância da formação docente para a Educação Infantil.....	51
CAPÍTULO III. INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA SOLIDIFICAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	55
3.1 Concepções sobre o conceito de Família	55
3.2 Importância da família para a aprendizagem	59
3.3 Colegiado escolar e as formas de participação da família na escola	62
3.4 A importância da afetividade para o processo de aprendizagem	68
CAPÍTULO IV METODOLOGIA.	73
4.1 Aspectos importantes da pesquisa	72
4.2 O contexto da pesquisa: a descrição na abordagem qualitativa.....	74
4.3 Coleta de dados.....	76
4.4 Análise dos dados.....	77
4.5 Descrição dos sujeitos da pesquisa	79
4.6 Descrição dos instrumentos da pesquisa	79
CAPÍTULO V. ANÁLISE DOS DADOS	80
5.1 Organização das análises dos dados coletados	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE.....	101

INTRODUÇÃO

Trajetória profissional

A minha formação acadêmica inicia no ano de 1989 quando na ocasião cursei o Magistério no Colégio Estadual da Cachoeira. Desde esta época já me interessava pelas questões educacionais e, sobretudo, pela Educação Infantil e sua importância no processo de construção do conhecimento.

Continuei me aperfeiçoando na área da educação, e no ano de 2014 concluí o curso de pedagogia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). A necessidade de conhecer mais sobre esta área me motivou a não parar por aí e prossegui minha jornada acadêmica cursando uma Pós-Graduação em Arte Educação pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci no ano de 2015. Como ainda ansiava em aprender mais, cursei ainda outra pós-graduação, desta vez em Gestão Integrada: Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção, pelo Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio.

Minha relação com a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes, a instituição escolhida para a pesquisa, começou quando no ano de 1994 comecei a me interessar pelos problemas sociais do Bairro de Pirajá em Salvador, Bahia. Por estar engajado com estas questões sociais, no ano 2000 fui eleito presidente da Associação Beneficente dos Moradores deste bairro.

Por estar à frente dos problemas da localidade percebi que a fundação de uma creche era de extrema necessidade para as famílias que não tinham com quem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Foi assim que surgiu a ideia de criar a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes da qual trataremos a fundo durante a apresentação do estudo aqui apresentado.

Atualmente leciono no Ensino Fundamental 1, pela Prefeitura Municipal de Camaçari, como professor efetivo, concursado desde o ano de 2015, lotado na Escola Municipal Conceição de Maria no distrito de Parafuso.

Justificativa do tema, problemáticas e objetivos

O interesse por esse tema surgiu da necessidade de reflexão sobre a concepção geral do desenvolvimento infantil tendo como parâmetro a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes, a qual atende crianças de dois a seis anos de idade e busca desenvolver sua práxis pedagógica voltada para a formação político-cidadã, isso por acreditar que as crianças precisam ser estimuladas e instigadas a desenvolverem suas múltiplas inteligências que servirão para sua vida além dos muros escolares.

Dessa forma, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma os docentes da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes tem contribuído para a formação cidadã e uma melhora educacional de seus educandos? E como objetivo geral analisar a importância da educação infantil da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes para a socialização, formação e desenvolvimento dos seus educandos, e como objetivos específicos: conhecer a realidade socioeconômica dos alunos, compreender as ações pedagógicas que estimulam a aprendizagem, refletir sobre as intervenções da educação infantil para formação integral dos educandos da instituição supracitada.

Esse tema foi escolhido, sobretudo, por entender que a educação infantil é de grande relevância para o desenvolvimento escolar futuro da criança, uma vez que socializa, desenvolve habilidades, aperfeiçoa as capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e inserção social.

A educação infantil é a porta de acesso da criança à sociedade, é nesta fase da vida que ela tem a oportunidade de construir suas hipóteses e aprendizagens sobre o mundo. Ampliar seus horizontes e experimentar novas vivências que servirão de subsídio para a sua construção identitária.

O reconhecimento da criança enquanto sujeito social e histórico faz da educação infantil um passo imprescindível para legitimidade da cidadania da infância, bem como da formação plena do indivíduo. Afinal, é nesta fase da vida que a criança adquire valores e aprendizagens que contribuirão para o seu crescimento individual, pois, a LDB nos assegura que:

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29).

A metodologia foi de cunho qualitativo tendo como tipos de pesquisa adotada foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, as quais permitiram uma construção reflexiva e dialógica entre as discussões teóricas e as representações dos sujeitos que viabilizaram esta pesquisa. Desta forma, faremos uma explanação sobre as concepções teóricas de alguns autores sobre a temática estudada e uma reflexão sobre a instituição pesquisada e a sua relevância na vida dos seus educandos.

Estrutura do trabalho

O estudo apresentado está dividido em introdução, quatro capítulos, análise dos dados, considerações finais e referências apresentadas da seguinte forma:

Capítulo I Histórico da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes – Apresenta a trajetória da fundação até os dias atuais da Unidade de Ensino pesquisada. Ressalta a fundação e seus fundadores; A caracterização da Creche Escola; sua concepção pedagógica e como se dá a socialização e formação integral da criança na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes. Tendo como suporte teórico: (AGOSTINHO, 2004), (KUHLMANN,1999), (VYGOTSKY, 1991), (BALESTRA, 2007), dentre outros.

Capítulo II A importância da Educação Infantil para o desenvolvimento cognitivo da criança – Este capítulo traz a constituição histórica da Educação Infantil no Brasil. Para aprofundar mais nos aspectos relacionados ao capítulo foi necessário apresentar: constituição histórica da Educação Infantil no Brasil; Desenvolvimento das políticas públicas para a educação e infância; Desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil e a importância da formação docente para a Educação Infantil (CURY, 2003), (Libâneo, 1998).

Capítulo III Integração entre família e escola para a solidificação das aprendizagens na Educação Infantil – Trata da importância da participação da família no processo de aprendizagem da criança através da reflexão sobre: As concepções sobre o conceito de família (NOBRE, 1997), (DIAS, 2005); A importância da família para a aprendizagem (OSÓRIO, 1996), (TIBA, 1996); Colegiado Escolar e as formas de participação da família na escola (ALMEIDA,

2002), (LÜCK, 2008); A importância da afetividade para o processo de aprendizagem (PINO, 2000), (TASSONI, 2008).

Capítulo IV Referencial teórico-metodológico: O capítulo discorre sobre a metodologia utilizada na pesquisa. Salientando como se deu a escolha do tema, dos sujeitos, do método e dos instrumentos utilizados para enriquecimento do estudo apresentado, amparado em: (FONSECA, 2002), (BARROS, 2000).

Análise dos dados: Este capítulo analisa os dados coletados durante a pesquisa, embasado em: (FREDO, 2004), (BORBA, 2006).

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DA CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES

1.1 Sobre a fundação e seus fundadores

A Creche Escola Comunitária Miguel Fróes foi fundada no ano 2000, quando na ocasião os integrantes da Associação Beneficente dos Moradores do Bairro de Pirajá, em Salvador, na Bahia, constataram a necessidade de fundar uma creche, sobretudo porque as mães precisavam trabalhar, mas não tinham com quem deixar os filhos. Desta forma, foram realizadas diversas reuniões no intuito de fazer um levantamento das informações acerca do público alvo, perfil da comunidade, dados quantitativos dos possíveis alunos, disposição de espaço físico, dentre outras demandas imprescindíveis para concretização da ideia, afinal:

O espaço da creche tem de propiciar um ninho seguro, um lugar que a criança possa considerar seu, possa estar consigo mesma, num encontro íntimo com seus ritmos, pulsações e sentimentos. Um lugar em que ela tenha segurança e confiança, oportunizando sentido de pertencimento e lhe seja assegurada sua identidade pessoal. Enfim, que tenha direito a estar só, momentos de quietude, num encontro com o que lhe é mais profundo e íntimo, resguardada sua individualidade (AGOSTINHO, 2004, p. 13).

A creche escola precisou ser planejada pelos associados para que a instituição fosse capaz de atender com qualidade as crianças que mais necessitavam de um lugar acolhedor e seguro. Neste sentido, vale lembrar as palavras de Kuhlmann (1999) quando diz que, o ambiente da educação infantil adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação das propostas pedagógicas, por isso, além do espaço físico foi necessário pensar também nas concepções, projetos e eixos norteadores que seriam desenvolvidos na Unidade de Ensino, como forma de garantir que de fato a criança fosse o ponto de partida e, portanto, os protagonistas das ações pedagógicas da creche.

Sobre o ambiente acolhedor e motivador das escolas e creches, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil ressalta este como sendo fator de grande relevância para a formação cognitiva da criança e por isso:

As instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais rico e

desafiador for esse ambiente, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesma, dos outros e do meio em que vivem (BRASIL, 1988, p. 15)

Neste sentido, a creche escola precisou ser pensada como um ambiente no qual as crianças fossem estimuladas e incentivadas a desenvolverem seus conhecimentos durante o convívio com os colegas, professores, funcionários e toda a comunidade escolar.

Dentro desta perspectiva, a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes foi idealizada e planejada durante um período, até que em março do ano 2000 a unidade começou a funcionar no prédio cedido em regime de comodato pelo então presidente da ABMBP, senhor João Guedes. Inicialmente a instituição começou atendendo em média 85 crianças com faixa etária de 02 a 06 anos, todas do bairro de Pirajá e adjacências, e foram selecionadas a partir de uma entrevista com os responsáveis para avaliação da real necessidade. No ano vigente a instituição acolhe 165 crianças e mantém a faixa etária de 02 a 06 anos.

Como a ABMBP é a fundadora e mantenedora da creche escola vale à pena fazermos um breve relato sobre seu histórico e atuação. A associação foi fundada em 18 de novembro de 1995 quando, de acordo com a Ata de fundação (1995, p.01) “reuniram-se cento e dez moradores desta comunidade, com o objetivo de deliberar sobre a urgente necessidade de fundar uma entidade que venha de fato e de direito representá-los, visando o desenvolvimento e melhoria do bairro”.

E foi no bojo trazido pelas transformações culturais, sociais e econômicas que os moradores do bairro de Pirajá sentiram a necessidade de criar uma associação na qual todos os integrantes buscassem formas de melhorar a qualidade de vida, procurando desenvolver ações pontuais que pudessem inibir a violência e desigualdade sociais, dentre outras iniciativas no âmbito da comunidade local. Desta forma, foi criado o estatuto da ABMBP que estabelece a finalidade, os direitos e deveres dos associados, explicitando também a composição da diretoria a qual deveria ser escolhida através de eleição com mandato de quatro anos, devendo ser composta pelo presidente, vice-presidente, um secretário e um suplente, um tesoureiro e seu suplente.

Sabemos da importância social que as associações de moradores exercem na construção da identidade local, bem como nas transformações positivas no que tange os princípios democráticos como os direitos e deveres dos cidadãos, sendo que:

A participação ativa em associações pela comunidade permitirá aos cidadãos discutirem questões cívicas, incrementarem seus conhecimentos dos problemas políticos, e debaterem de forma apropriada quais alternativas são mais eficazes para melhorar o bem-estar coletivo. Uma comunidade cívica, de acordo com este argumento, estará mais preparada para fazer que seu governo seja responsável por suas ações (POSNER e BOIX, 2000, p. 173).

Sob esta ótica, a ABMBP realiza constantemente reuniões, promove debates e oficinas para seus associados, e busca de forma conjunta encontrar solução para os desafios que surgem ao longo do percurso. A associação tem a preocupação de oportunizar que os seus integrantes tenham participação ativa, e desta forma promove a integração social assumindo um papel determinante na promoção da cultura e na área social, substituindo, diversas vezes, a própria ação do Estado.

Nesta perspectiva social e política foi que os integrantes da associação supracitada, fundaram a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes passando a funcionar sob número de inscrição do INEP de 29428297, está situada na Rua João Evangelista, 07-E, no Bairro de Pirajá, na cidade de Salvador, Bahia.

O nome da creche, Miguel Fróes, foi uma homenagem ao ex-líder comunitário que serviu à localidade durante muitos anos ajudando os mais necessitados, ele estabeleceu um forte vínculo com os moradores locais e desenvolveu muitas ações sociais. Sempre muito atuante e politizado Miguel Fróes foi durante muito tempo um líder local de grande representatividade e se candidatou a vereador diversas vezes. Fróes chegou a ser eleito vereador, mas seu mandato durou apenas sete meses porque ele sofreu um acidente automobilístico e veio a óbito no ano de 1988.

Para a manutenção da creche foi necessário buscar algumas parcerias, desta forma criou-se um convênio com a Secretaria de Educação do Município de Salvador a qual fica encarregada de remunerar e assinar a carteira de trabalho dos dezessete funcionários da instituição, distribuídos nas funções de professor, coordenador, auxiliares de limpeza e demais funcionários. Esta parceria foi de extrema importância já que só os associados não teriam condições financeiras de arcar com a remuneração de todo o pessoal que presta serviço à unidade de ensino.

Além da parceria supracitada, a creche escola recebe doações de alimentos através do Programa Mesa Brasil desenvolvido pelo SESC. Vale esclarecer que o Mesa Brasil, é um programa de rede nacional de bancos de alimentos que busca combater a fome e o desperdício. O objetivo primaz deste programa é promover a cidadania e a melhoria da qualidade de vida de diversas pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza e abandono, com estas ações buscam a inclusão social de indivíduos que estão à margem da sociedade.

É, portanto, um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional pautado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões do comércio, mas em perfeito estado para o consumo. O Programa possibilita que todas as crianças da creche escola tenham refeições balanceadas, nutritivas e saborosas.

No ano vigente as Voluntárias Sociais da Bahia começaram a desenvolver algumas ações na escola no intuito de promover e contribuir para a efetivação das políticas públicas. Com isso, tem realizado cursos de formação para as professoras e através deles tem possibilitado que as docentes tenham acesso a mais informações e estratégias pedagógicas para serem usadas em sua prática em sala de aula. As VSBA também fazem atividades lúdicas com as crianças, além de realizar aulas de campo, como por exemplo, a visita ao metrô de Salvador.

Estabelecer parcerias foi um importante passo para a manutenção da creche escola, porque, como sabemos, para que as instituições de ensino funcionem a contento é necessário garantir qualidade de atendimento para todas as crianças. É necessário também estabelecer uma relação dialógica com a família e com a comunidade local a fim de que todos entendam que a educação de qualidade se faz a partir da comunhão dos interesses na busca pela melhoria. Afinal, a construção da aprendizagem se dá com a integração com o outro, e neste sentido a família, a comunidade e a escola formam uma tríade indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem, por isso que:

A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como aprender e apreender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar o mundo a nossa volta. Com isso entende-se que o desenvolvimento do indivíduo é um processo que se dá de fora para dentro, sendo que o meio social e familiar influencia o processo de ensino-aprendizagem (VYGOTSKY, 1991, p. 101).

A Creche Escola Comunitária Miguel Fróes tem buscado ao longo dos tempos garantir um ambiente salutar, motivador e acolhedor e para isso tem contado com a participação e apoio dos associados da ABMBP que estão constantemente a par do funcionamento, dos desafios e das metas estabelecidas dentro da instituição de ensino. Sabemos que a educação infantil é um momento de aprendizagem na qual toda a comunidade escolar precisa unir forças para que a criança construa sua identidade e seus conhecimentos de forma processual e gradativa.

1.2 Dimensão física da Creche Escola

A Creche Escola Comunitária Miguel Fróes é considerada de pequeno porte, ela é composta por quatro salas de aula, três sanitários, uma brinquedoteca, uma sala onde funciona a direção, uma cozinha, uma dispensa para armazenar os alimentos, um pátio, dois quartos/dormitórios. Na unidade não tem refeitório, por isso, as crianças fazem as refeições em suas salas de aula. A estrutura física da escola é vertical, e por isso encontramos escadas que dão acesso aos andares, mas há redes de proteção para garantir que as crianças fiquem seguras.

As salas de aula são arejadas, e todo mobiliário é adaptado para atender o público de dois a seis anos de idade. Nas quatro salas há quadros brancos e estantes nos quais os professores guardam seus materiais didáticos e as atividades dos alunos. As paredes são decoradas com alfabetos, cartazes, mensagens de boas-vindas e com as produções dos alunos.

Nos quartos/dormitórios ficam colchonetes, almofadas e lençóis que são usados pelas crianças na hora do soninho. Vale salientar que os dormitórios são usados apenas pelas crianças que ficam o período na escola e no contraturno têm uma rotina diferenciada. Os sanitários são adaptados para atender as crianças e por isso os vasos sanitários e as pias ficam numa altura acessível.

Na brinquedoteca encontram-se estantes com livros paradidáticos e diversos brinquedos que ficam expostos em estantes e nichos acessíveis às crianças. O ambiente é temático com ornamentação nas paredes que chamam a atenção das crianças e incentivam o prazer pela leitura. Há também uma TV e mesinhas, além de tapetes no chão para que a criança possa brincar mais à vontade.

O pátio não é grande, mas é bem organizado. Nas paredes encontra-se cartazes de boas-vindas, desenhos temáticos de acordo com as datas comemorativas, o que transmite uma sensação de um ambiente acolhedor e agradável.

No subsolo encontra-se a direção que funciona também como secretaria na qual todas as documentações escolares dos alunos ficam arquivadas, também se encontra nesta sala um computador e uma impressora utilizados para emissão de documentos e de atividades pedagógicas. Ainda no subsolo está localizada a dispensa onde se guarda os mantimentos.

A unidade de ensino se apresenta limpa e asseada, a manutenção da limpeza se dá várias vezes ao dia de acordo com a demanda.

1.2.1 Dimensão administrativa

A equipe gestora é composta por um diretor que responde pelos dois turnos de funcionamento, uma secretaria escolar e uma coordenadora pedagógica com formação acadêmica em pedagogia, tanto a secretaria como a coordenadora com 40 horas semanais.

O corpo docente é constituído por seis professoras, sendo quatro com carga horária de 20 horas e duas com 40 horas semanais. Todas as professoras têm nível superior em pedagogia e participam de formação profissional sempre que a instituição oportuniza.

Os demais funcionários da escola são distribuídos da seguinte forma: dois auxiliares de serviços gerais 40 horas, quatro auxiliares de classe 20 horas e duas auxiliares 40 horas, uma cozinheira, um auxiliar administrativo 40 horas, um porteiro 40 horas.

Cada servidor desenvolve suas funções de acordo com a orientação da gestão e coordenação pedagógica da escola, e juntos atualizam anualmente o Projeto Político Pedagógico de acordo com as necessidades da instituição e demandas do ano vigente.

1.2.2 Perfil da comunidade escolar e local

A comunidade escolar reflete o contexto sociocultural da localidade e por isso apresenta características próprias que trazem consigo memórias e histórias vivenciadas por cada integrante.

É importante salientar mais uma vez que a creche escola acolhe alunos do Bairro de Pirajá e adjacência. Neste sentido, é imprescindível fazermos uma breve descrição sobre este bairro para entendermos o contexto socioeconômico e cultural da localidade e dos seus moradores.

O Bairro de Pirajá está localizado às margens da BR 324, seu acesso pode ser feito pela Estrada do Derba, ao lado Norte, também pela BR 324, indo pelo leste, ou ainda pela Estrada Velha de Campinas, ao sul. É considerado um dos bairros mais antigos de Salvador, segundo alguns estudiosos o bairro surgiu a partir de engenhos de açúcar e das missões jesuíticas que aportaram na Bahia no período da colonização.

Ficou conhecido por ser palco da luta pela independência da Bahia, na qual os baianos venceram as forças do colonialismo português no Panteão de Pirajá. Na principal praça do Bairro estão os restos mortais do general francês Pierre Labatut que foi um combatente importante na luta pela independência da Bahia estando na Batalha de Pirajá e por isso em sua homenagem a praça recebe o seu nome, General Labatut.

Atualmente estima-se ter aproximadamente cerca de 100 mil habitantes no Bairro de Pirajá, essa superpopulação acaba gerando um alto índice de vulnerabilidade social que atinge inegavelmente os nossos meninos e meninas, daí a necessidade de trabalhar a prática docente contextualizada à realidade local.

De modo geral, a comunidade local apresenta baixo poder aquisitivo e a creche serve para as crianças que não tem com quem ficar enquanto os pais trabalham. No entanto, é importante destacar que a presença dos pais não é frequente na escola, é possível perceber que as crianças não têm apoio no que tange ao acompanhamento sistemático das atividades escolares, os responsáveis também nem sempre vão às reuniões realizadas na creche escola para discutir a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Mesmo com algumas medidas adotadas pela U.E. a participação dos responsáveis ainda não consegue atender às necessidades sinalizadas pelas docentes e pela coordenação pedagógica. Entendemos que a participação é uma construção gradativa e cotidiana que deve ser constantemente trabalhada, pois:

A participação não tem o mesmo significado para todos, tratando-se, portanto, de uma palavra que tem vários significados. Ela apresenta diferenças significativas quanto à natureza, ao caráter, às finalidades e ao alcance dos processos participativos. Isso quer dizer que os processos de participação constituem, eles próprios, processos de aprendizagem e de mudanças culturais a serem construídos cotidianamente (BRASIL, 2004, p. 25).

Há uma grande preocupação da comunidade escolar em envolver mais os pais no processo de ensino-aprendizagem dos educandos no intuito de que se unam forças para a construção cidadã e integral das crianças que fazem parte da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes. Afinal, é importante pensarmos no papel social da escola em oferecer as ferramentas necessárias para que as crianças não sofram ainda mais com a vulnerabilidade social e consigam galgar novos passos para o protagonismo de suas vidas.

De modo geral, a comunidade escolar apresenta uma relação interpessoal satisfatória, na qual cada um respeita as diferentes ideias e opiniões. E defendem que o ator principal deste processo de aprendizagem é o aluno, e por isso, todas as ações devem estar voltadas para eles.

No que diz respeito aos alunos, pode-se dizer que não há indisciplina em sala de aula. São crianças carinhosas e amáveis, gostam de participar das aulas e das atividades lúdicas que acontecem nas salas de aula e em outros ambientes de aprendizagem. De forma geral, as crianças têm boa relação interpessoal entre si, com os professores e funcionários da escola.

A escola busca respeitar a cultura, as características e a memória da localidade, e tenta resgatar na prática pedagógica a história do Bairro como forma de aproximar as crianças dos eventos marcantes que contribuíram para a formação ideológica e identitária dos seus moradores.

1.3 Concepção pedagógica da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes

A Creche Escola Comunitária Miguel Fróes busca desenvolver sua práxis pedagógica voltada para a formação político-cidadã de seus educandos e acredita que cada membro é capaz de aperfeiçoar o senso crítico e reflexivo diante das diversas situações a que estão expostos. Nestes termos, o processo educativo desta instituição perpassa a mera formação conteudista no intuito de conseguir uma formação plena dos alunos através da integração entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, afinal:

A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende, portanto, da ação de todos: dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes e comunidade local. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são fundamentais para o exercício do aprendizado democrático que possibilite a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos (BRASIL, 2004, p. 32).

A comunidade escolar, desta forma, desenvolve um papel imprescindível na construção identitária e cognitiva do educando, afinal, é através das relações interpessoais que as crianças estabelecem parâmetros, desenvolvem a afetividade e constroem a imagem de si e do outro na perspectiva da convivência social.

A comunidade desta instituição acredita também que a criança é o ator principal do processo de aquisição da aprendizagem e por isso as diferenças devem ser respeitadas e entendidas como elementos constituintes da natureza humana. Cada história de vida deve ser valorizada e contextualizada para que a diversidade seja respeitada em sua essência. Por isso é importante pensarmos que:

Para que a escola ofereça essa contribuição é preciso respeitar a história de vida das crianças, seu conhecimento, sua sensibilidade, seus valores, produzidos na convivência cotidiana na sua comunidade. A criança não é um recipiente no qual se despejam as coisas. A criança é um sujeito, ela produz conhecimento, ela constrói sua fala [...]cada pessoa é diferente. É na diferença que está a originalidade, o sentido e a riqueza de ser gente (Ibid., p. 54).

Partindo deste pressuposto, a unidade escolar tem buscado criar situações pedagógicas que possibilitem a valorização dos saberes de seus educandos, levando em consideração seus conhecimentos prévios e de mundo, como disse Freire (1981, p.29) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, por isso, antes

mesmo de começar a decodificar as palavras a criança já faz diferentes leituras das situações vivenciadas em seu cotidiano, neste sentido, a escola de educação infantil precisa potencializar estes conhecimentos através de projetos, atividades lúdicas e criativas.

Sabemos que a Educação Infantil é a base de toda formação educacional dos alunos, é o momento da vida que construímos valores e saberes que carregaremos por toda a trajetória estudantil. Nesta fase de ensino, a criança começa a desenvolver novas competências e habilidades através de atividades lúdicas e recreativas. É também o momento que ela sai do seio familiar e começa a criar laços afetivos e sociais, passando a conviver com outras pessoas e por isso começa a aprender a interagir com as diferenças.

Neste viés, a socialização é defendida nesta unidade escolar como sendo o maior pré-requisito para as relações humanas, por isso, a instituição segue a linha sociointeracionista a qual defende que o indivíduo precisa saber viver em sociedade, respeitando o outro em sua diversidade e construindo uma relação interpessoal pautada na empatia e respeito. Defende ainda que aquisição do conhecimento se dá de forma processual e gradativa através da convivência com o outro e consigo mesmo. Para isso, há a preocupação em se ter um olhar atento e cuidadoso para perceber as ações que mais contribuem para a consolidação de vínculos afetivos de convivência entre as crianças.

O sociointeracionismo, portanto, ressalta que as relações humanas são imprescindíveis para o desenvolvimento cultural, social, e intelectual dos indivíduos, sobretudo, se estes estiverem inseridos num meio que possibilite o estímulo e a troca de conhecimentos entre si. Sendo assim, entende-se que a construção do conhecimento não se dá de forma isolada e sem interação, pelo contrário, busca-se estabelecer vínculos e trocas constantes de saberes no intuito de construir o saber individual.

Essa abordagem sociointeracionista é defendida por Vygotsky (1991) e propagou a ideia de que a aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde o nascimento da criança, e, portanto, o meio físico e social influenciará na aquisição do conhecimento ao passar dos anos. Para ele, ao chegar à escola a criança desenvolverá outros tipos de saberes que tenham como base a

formação de conceitos científicos, proporcionando um conhecimento sistemático, mas sem deixar de lado o que foi aprendido fora do ambiente escolar.

Assim, o conhecimento, segundo o sociointeracionismo, está dividido em duas instâncias: aqueles adquiridos da experiência pessoal através de observações e vivências diretas das crianças no dia a dia que são chamados de conceitos espontâneos ou cotidianos, e o outro chamado de conceitos científicos que são conhecimentos formais e sistemáticos adquiridos em sala de aula.

Estes conhecimentos formais e sistemáticos devem ser trabalhados de forma contextualizada através da integração do aluno com o meio, e neste aspecto todo o ambiente escolar deve ser um estímulo para que a criança busque se relacionar e interagir com o outro, porque nessa relação dialógica é que se constrói uma aprendizagem significativa.

Na teoria sociointeracionista foi destacado também alguns tipos de desenvolvimentos pelos quais as crianças passam, são eles o desenvolvimento real que diz respeito às conquistas já consolidadas na criança e por isso executadas sem a ajuda nem a mediação de nenhum adulto; e o desenvolvimento potencial em que a criança necessita da ajuda de outra pessoa, neste desenvolvimento há a necessidade de mediação e auxílio de uma pessoa mais experiente.

O intervalo entre esses dois níveis de desenvolvimentos é chamado de zona de desenvolvimento proximal o qual prevê que o indivíduo necessita de um facilitador que estimule o aprendiz a empregar seus esforços onde seja mais necessário, buscando incorporar à sua estrutura cognitiva os novos dados e informações. Sobre estas etapas de aprendizagem Vygotsky ressalta como sendo:

[...] aquelas funções que ainda não amadureceram, mas estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de 'brotos' ou 'flores' do desenvolvimento, ao invés de 'frutos' do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (1989, p. 97).

Ante o exposto, fica evidente que o processo de aquisição do conhecimento se dá gradativamente, por etapas e em ritmos diferentes a depender de cada indivíduo. Cada fase é importante para a preparação de novos níveis de desenvolvimento, por isso a criança precisa ser respeitada em seu tempo e em seu

ritmo de aprendizagem. Vale destacar que um fator relevante para que a criança alcance o desenvolvimento real é a mediação do docente, sobretudo quando este faz as intervenções pedagógicas de acordo com as necessidades específicas de cada educando, afinal, “a aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento que somente podem ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas” (OLIVEIRA, 1992, p. 33).

O professor, sobretudo, deve ser o maior incentivador da zona de desenvolvimento proximal, favorecendo os avanços que estão na eminência de acontecer, mas ainda não ocorreram. O ato de errar na concepção de Oliveira (1993) deve ser entendido pelo docente como um elemento constituinte do processo de ensino-aprendizagem porque é através do erro que a criança percebe o que ainda não domina e necessita ser melhorado.

Ao entender o homem como um ser social em sua essência, nós educadores, precisamos valorizar e intensificar a interferência e contribuição dos professores, pais, colegas e toda comunidade escolar para o desenvolvimento cognitivo da criança. A interação com os colegas é um momento oportuno para o amadurecimento, diálogo e troca de informações, e a creche escola tem tentado promover atividades e ações pontuais que priorizem as relações interpessoais, pois, ela recebe as influências socioculturais da comunidade em que está inserida fazendo com que nela circulem valores, informações, normas de vida diversas, sendo um local propício ao desenvolvimento (LEITE, 2009).

Neste sentido, a creche escola tem buscado favorecer a mediação do conhecimento dos seus educandos no intuito de que eles construam suas aprendizagens a partir das relações intra e interpessoais. E desta forma, a instituição busca em suas práticas pedagógicas se concentrar no que a criança está aprendendo e não naquilo que ela já aprendeu. Sobretudo, porque cada indivíduo interpreta as diversas situações a partir de sua própria forma de ver o mundo e as relações, por isso:

As mesmas condições ambientais – em crianças diferentes e em diferentes fases de desenvolvimento – podem exercer diferentes tipos de influências, assim como provocar diferentes atitudes, dependendo também do significado que cada criança atribui às situações vivenciadas e do nível de consciência que ela possui em relação aos acontecimentos. Enfim, cada criança interpreta, vivência e se relaciona com situações cotidianas e do seu entorno sociocultural de forma particular (RAPOPORT et al, 2009, p.38).

Nesta perspectiva é de extrema relevância respeitar a criança em sua individualidade, mas também é imprescindível a participação do outro nos processos de aprendizagem individual. Afinal, o conhecimento se constrói em meio às relações com os outros e se transforma, de forma gradativa, através das influências mútuas.

Além da concepção sociointeracionista, a instituição tem como referencial os conceitos e estágios cognitivos defendidos por Piaget que concebe a inteligência como algo mutável, que se desenvolve e se aperfeiçoa partindo do desenvolvimento sensório-motor até chegar ao estágio mais avançado. No entanto, cada fase apresenta características peculiares, e uma depende inevitavelmente da outra, por isso:

A ordem em que as estruturas mentais se sucedem e evoluem é sempre constante, mesmo que cronologicamente não seja exata podendo a idade variar, mas não a ordem de sucessão das aquisições. A cada nova fase os novos conhecimentos se integram ao saber pré-existente, ou seja, há um caráter integrativo em cada estágio. Cada estágio apresenta-se como uma estrutura de conjunto, pois as aquisições se integram e passam a formar um todo. Os estágios estão interligados no sentido de que cada estágio compreende um nível de preparação de uma nova etapa e de acabamento de outra (BALESTRA, 2007, p.185).

Desta forma, Jean Piaget considerou quatro fases do desenvolvimento cognitivo do indivíduo de acordo com cada faixa etária, sendo assim: estágio da inteligência sensório-motora de 0 a 2 anos; estágio pré-operatório de 2 a 6 anos; estágio operatório concreto de 6 a 12 anos, estágio operatório formal de 12 anos em diante. No entanto, para o estudioso a transição de um estágio para outro vai depender de características muito peculiares de interação entre a criança e o meio que a circunda e não apenas a sua idade cronológica.

Na concepção piagetiana (1975) o conhecimento é entendido como uma construção gradativa e contínua que vai se consolidando com o tempo e com a interação do sujeito com o meio. Neste sentido, o conhecimento não é visto como algo acabado e estável, pelo contrário está em constante mutação e transformação, de modo que sua construção acontece em etapas, para assim sustentar o equilíbrio entre os fatores internos e externos.

De acordo com os conceitos de Piaget (1975), a interação do indivíduo com o meio exige que haja a adaptação para as mudanças que ocorrem constantemente. E para que isso ocorra, o teórico ressalta os processos de assimilação e acomodação

como imprescindíveis para esse ciclo adaptativo. Entende-se por assimilação a apropriação de novos conhecimentos, que conforme Balestra (2007) é a entrada de novos elementos ao contexto e a estrutura mental já existente, onde assimilar significa apreender novas experiências. A acomodação por sua vez é responsável por acomodar o novo conhecimento à antiga estrutura mental para que haja o equilíbrio do organismo, desta forma:

Cada ato, de inteligência é definido pelo desequilíbrio entre duas tendências: acomodação e assimilação. Na assimilação, a criança incorpora eventos, objetos ou situações dentro de formas e pensamentos, que constituem as estruturas mentais organizadas. Na acomodação, as estruturas mentais existentes reorganizam-se para incorporar novos aspectos do ambiente externo. Durante o ato de inteligência, o sujeito adapta-se às exigências do ambiente externo, enquanto, ao mesmo tempo, mantém sua estrutura mental intacta. O brincar neste caso é identificado pela primazia da assimilação sobre a acomodação. Ou seja, a criança assimila eventos e objetos a suas estruturas mentais (PIAGET, 1976, p.139).

Entende-se então, que é inerente ao ser humano a necessidade de adaptar-se ao meio assimilando e acomodando os novos eventos à sua estrutura cognitiva na busca pelo equilíbrio que permitirá a evolução de sua inteligência. Neste sentido, o docente que desenvolve sua práxis pedagógica levando em consideração as ideias de Piaget pode entender com mais clareza como o educando assimila e acomoda informações trabalhadas em sala e consegue transformá-las em conhecimento. Afinal, todo conhecimento novo está estritamente ligado a outro já existente, e para isso é preciso o desequilíbrio para que depois haja o equilíbrio dos novos conhecimentos construindo assim o processo de aprendizagem.

Fica evidente, portanto, que a creche escola se fundamenta nas ideias e teorias defendidas por Vygotsky e Piaget para criar um ambiente escolar propício à construção da aprendizagem reflexiva, significativa e atuante. Tendo sempre como foco central a criança e seu processo de aquisição do conhecimento.

Desta forma, ante o exposto, foi possível perceber que uma teoria complementa a outra, e por isso é imprescindível saber explorar de forma contextualizada as fundamentações teóricas no intuito de fazer valer na prática docente. Sobretudo levando em consideração que o desenvolvimento cognitivo ocorre paralelamente ao afetivo, e conseqüentemente os sentimentos estão atrelados ao desenvolvimento da criança em suas múltiplas inteligências.

Por entender que a criança é um ser dotado de sentimentos é que a afetividade deve ser levada em consideração como um elemento capaz de estimular ou retardar o interesse da criança por determinada situação de aprendizagem, por isso a criança deve ser constantemente motivada, porque assim como o desenvolvimento cognitivo, o afetivo também se desenvolve e se aperfeiçoa, afinal:

O aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual. Ele pode acelerar ou diminuir o ritmo do desenvolvimento. Ele determina sobre que conteúdos a atividade intelectual se concentrará. O sistema afetivo é, assim dizendo, o guarda-portão. De acordo com Piaget, o aspecto afetivo, em si, não pode modificar as estruturas cognitivas (esquemas), embora, ele possa influenciar quais estruturas modificar (WADSWORTH, 1997, p. 37).

Entender a criança como um indivíduo complexo e dotado de sentimentos é um dos caminhos para a formação integral em seus diversos aspectos, os quais constituem uma educação pautada no respeito e na socialização do educando. O desafio das escolas contemporâneas, portanto tem sido entender a criança da educação infantil como um indivíduo que caminha gradativamente para a sua construção identitária e cidadã, e neste sentido todos os profissionais envolvidos neste processo devem ser capazes de oportunizar momentos de aprendizagem que contribuam para a concretização desta meta.

É no intuito de garantir a aprendizagem significativa dos educandos, que o Projeto Político Pedagógico da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes foi elaborado a partir da realidade de cultural, social, política e econômica dos alunos, e teve como ponto de partida as orientações da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI), Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), A Lei nº 10.639/03, As Diretrizes Curriculares para a inclusão da História e Cultura Afro Brasileira no Sistema Municipal de Ensino de Salvador, a Lei Federal nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002 que norteia a prática pedagógica das escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador e Educação Ambiental documento de apoio à Prática Pedagógica de Educação Infantil.

Importante salientar que o PPP é o eixo norteador de ideias e ações sugeridas e vivenciadas pela comunidade escolar e tem o propósito de criar espaços de transformação dentro a unidade. Por isso, acompanhar a prática educativa do processo de ensino-aprendizagem deve ser o grande foco de toda a instituição

escolar e por isso deve haver um documento orientador. Neste sentido o PPP:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-pedagógico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELOS, 2004, p. 169).

Para o autor acima referendado, é de extrema importância a participação de todos na construção deste documento como uma proposta coletiva para demandas reais a partir do ponto de vista dos professores, alunos, pais e comunidade geral. Desta forma a construção compartilhada do PPP deve acontecer em plena sintonia com a comunidade escolar para que esta se sinta à vontade para apresentar sua realidade, suas aspirações e objetivos. Esse processo contínuo de aprendizagem coletiva estimula o engajamento político e o sentimento de pertença.

O Projeto Político Pedagógico da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes deixa evidente que o foco da unidade é o educando e a sua formação enquanto cidadão e protagonista de sua história. Destaca ainda que a concepção ideológica da unidade se apoia nos fundamentos antropológicos, filosóficos e pedagógicos visando uma transformação e aprimoramento da prática pedagógica.

No que tange à concepção da educação infantil, o PPP da instituição destaca importância de conduzir os alunos para entenderem as diferenças de classes mostrando suas causas e efeitos, conscientizando-os de que podem transformar, gradativamente, a si mesmo e a sociedade.

De acordo com este documento norteador, o ensino-aprendizagem da unidade escolar é articulada de modo interdisciplinar, de forma dinâmica, lúdica e contextualizada às vivências dos alunos, pautado na articulação teórico-prática para resolução de situações problemas do cotidiano escolar.

O diálogo e o levantamento de conhecimentos prévios respaldam a prática docente, e nos momentos de atividade direcionada os alunos são estimulados a pensar de forma crítica e reflexiva de modo que contemple o conceito de Inteligência Múltipla defendida por Gardner e de Inteligência Emocional apresentada por Goldman. E neste formato, as professoras realizam rodas de leitura, atividades de colagem, cantigas de roda, contação de histórias e projetos voltados para a

formação e socialização do educando, dentre esses projetos pode-se citar: A semana da criança: brinquedos e brincadeiras e a Consciência Negra.

No projeto Semana da Criança, que acontece no mês de outubro, busca-se o resgate de brinquedos e brincadeiras mais antigas como forma de melhorar a compreensão de cenários sociais ao longo dos tempos valorizando as diferenças culturais e ressignificando a memória dos pais, avós, tias e todos aqueles que vivenciaram outras brincadeiras e aprenderam com elas.

Nesta visão dialética da realidade social, entende-se o educando enquanto produto e ao mesmo tempo modificador da realidade que o circunda, por isso ao resgatar os brinquedos e as brincadeiras, o educador tem a missão de mediar à aprendizagem através das brincadeiras apontando a importância cultural e social destas para a concepção da própria infância.

Neste aspecto, o brincar deve ser respeitado como elemento constituinte do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e cultural da criança assumindo um papel essencial para a formação da subjetividade do aluno. E assim sendo, a escola não pode subtrair ou negligenciar o direito de brincar como forma de aprendizagem, afinal:

Negar o universo simbólico lúdico, sob o argumento de que esse não é o papel da instituição escolar, é negar o trajeto do desenvolvimento humano e sua inserção cultural. É desviar a função da escola do processo de construção de valores e de um sujeito crítico, autônomo e democrático. É negar, principalmente, as possibilidades da criatividade humana (VASCONCELOS, 2006, p.72).

Deste modo, é importante que o docente que trabalha na educação infantil acredite e defenda os brinquedos e brincadeiras como elementos imprescindíveis para o processo de aquisição da aprendizagem, porque a criança não aprende da mesma maneira que os adultos, elas têm seu próprio ritmo de aprendizagem e precisam ser respeitadas em seu tempo e modo de aprender.

Com a execução do projeto ficou claro perceber o quanto as crianças gostam de aprender novas brincadeiras e encarar novos desafios a partir de brinquedos e brincadeiras que outrora fizeram parte da infância por seus pais.

Nesta mesma linha de interação, valorização e aprendizagem significativa, a creche escola desenvolve o projeto Consciência Negra o qual tem o objetivo

primordial de promover o respeito à diversidade cultural e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira como prevê a lei 10.639/2003.

Durante este projeto é trabalhado a questão das relações étnico-racial a partir do contexto do ambiente escolar para depois atingir o contexto da comunidade local, por isso a escola é tão importante como ponto de partida e de referência, porque é neste contexto de sala de aula que a criança da educação infantil se vê embutida num processo de socialização e integração com o outro e começa a entender as relações sociais em uma dimensão mais ampla. Neste momento, a escola tem um papel de destaque porque precisa promover a reflexão, o respeito e a construção identitária na perspectiva individual e coletiva.

Para o desenvolvimento das ações pedagógicas do projeto são escolhidas algumas obras literárias para serem trabalhadas com as crianças, e de forma lúdica, divertida e poética as professoras começam abordar temas sérios e importantes num formato simbólico que a criança entende.

Importante destacar que o projeto oportuniza o levantamento de questões atuais sobre o tema e, sobretudo trabalha a autoestima dos alunos afrodescendentes que desde cedo aprendem a enfrentar o racismo de forma autônoma, crítica e engajada, além de respeitar a diferença como pressuposto da condição humana.

E neste ambiente de promoção da diversidade os alunos vão refletindo sobre o nosso papel na sociedade diante das diferenças e diversidades que configuram o nosso país e nossa origem. É necessário, portanto, que este tema seja abordado constantemente em sala de aula, sobretudo na educação infantil que é o marco inicial da criança no processo formal da aprendizagem, pois:

Ao reivindicarmos que é necessário abordar na educação infantil aspectos que tratem das relações raciais, é porque as marcas raciais, cor, cabelo, aspectos culturais são elementos presentes no cotidiano das crianças nesta faixa etária suscitando-lhes curiosidades e conflitos que não podem ser desconsiderados. Muitas vezes, a educadora percebe prontamente esses conflitos e curiosidades, e age sobre eles (...). Outras vezes cala-se por medo de tocar num assunto que a sociedade brasileira quis esconder sentindo-se despreparada para abordá-lo (DIAS, 2012, p.29).

É importante que o docente tenha segurança para tratar sobre o tema, e tenha conhecimento necessário para mediar situações de conflito que acontecem na sala de aula e que exigem do educador uma postura reflexiva incentivando o aluno a

refletir também. Desta forma, com esse projeto, busca-se antes de tudo sensibilizar o professor no intuito de que o mesmo se debruce e estude sobre o tema antes de começar a trabalhar em sala de aula, afinal as transformações sociais pautadas na igualdade devem começar primeiramente dentro de nós para assim tocarmos o outro.

1.4 Socialização e formação integral da criança na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes

A criança deve ser reconhecida como ser pensante capaz de atribuir sentido às suas vivências e de vincular sua ação à representação do mundo que constitui sua cultura usando para isso o imaginário, o simbólico e o lúdico, por isso, ao entendermos que a criança é um ser essencialmente sociável, compreendemos que as relações interpessoais são imprescindíveis para a sua autonomia e construção da identidade.

A socialização, portanto, é um processo de interação fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança, e este processo se inicia desde o nascimento do indivíduo e permanece ao longo de toda a vida sofrendo as alterações e mudanças de acordo com as relações sociais estabelecidas.

Sendo a escola um espaço e um tempo onde este processo é vivenciado, onde o processo de aquisição do conhecimento envolve diretamente a interação entre sujeitos e destes com o meio, é imprescindível que a escola esteja preparada para trabalhar a relação entre os sujeitos tendo como objetivo os princípios morais e éticos que permeiam a construção da cidadania. Ressaltando sempre que:

Um dos objetivos principais dos processos de socialização é fazer com que a criança aprenda o que é correto e o que não é correto dentro de seu meio social, ou seja, que adquira um conjunto de valores morais que regem a sociedade da qual faz parte. A interiorização desses valores permite desenvolver na criança mecanismos reguladores de sua conduta. Quando os pais dizem aos seus filhos, por exemplo, que não devem bater em crianças menores, que não podem tomar o brinquedo dos coleguinhas, ou que devem respeitar os mais velhos, estão transmitindo normas que com o tempo ficam interiorizadas, de modo que a criança passa a regular sua própria conduta (AMARAL, 2007, p. 03).

Desta forma, a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes reconhece que a criança necessita ter um ambiente propício à socialização e busca desenvolver valores éticos e morais a fim de que as crianças possam levar para sua vida além dos muros escolares. Este papel social da escola tem a função de auxiliar a família

na formação integral do educando já que incentiva e motiva o educando a entender que a sociedade reflete as relações sociais que estabelecemos com o outro.

De acordo com Colls et al (2004) o processo de socialização ocorre sob três aspectos: mental, que está ligado a aquisição de conhecimentos; afetivo, com o estabelecimento de relações de apego e vínculo de ordem sentimental; condutural, pautado no desenvolvimento de novas condutas a partir de paradigmas. Tendo em vista esses três aspectos é importante destacar que para a formação integral do indivíduo devemos levar em consideração o ser humano e sua complexidade, sobretudo no que diz respeito ao seu desenvolvimento durante a modalidade de ensino da educação infantil.

Os processos de socialização que ocorrem dentro da escola devem ter como foco central a preparação da criança para o exercício da cidadania, e por isso deve transmitir não só conteúdos formais, mas precisa promover ações práticas que possibilitem que a criança desenvolva novas posturas e concepções ideológicas e morais, afinal:

Formar sujeitos morais não significa, pelo menos não significa apenas, transmitir esse ou aquele valor, exigir esse ou aquele comportamento, mas contribuir para tornar o indivíduo um sujeito crítico, político, reflexivo. Compete ao professor despertar nos seus alunos o desejo de ser um sujeito moral. Esse é fundamentalmente um processo dialógico, argumentativo, de convencimento (GOERGEN, 2007, p. 8).

Neste sentido, as docentes da escola Miguel Fróes propõem durante as atividades de sala de aula que os alunos realizem atividades em grupo, para que assim possam perceber que quando nos unimos conseguimos desenvolver as tarefas com mais eficiência e criatividade. Outro aspecto importante é o fato de se trabalhar com as carteiras arrumadas em semicírculo assim ninguém fica à frente de ninguém, mas ao lado, olhando cada integrante nos olhos para que consiga estabelecer empatia e interação.

É preciso criar oportunidades para que o aluno possa vivenciar momentos de reflexão e venha desenvolver alguns valores, afinal os valores devem ser experimentados e vividos no cotidiano, e o aluno precisa se sentir envolvido nesta construção ideológica e social promovida pela escola, pois:

É preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à

vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas (LIBÂNEO, 2002, p. 67).

Essa formação integral do indivíduo é o grande desafio das escolas contemporâneas, porque a instituição da modernidade tem o papel social de preparar seus educandos para serem agentes transformadores e não meros reprodutores de 'verdades' alienantes. Neste aspecto, é de extrema necessidade que o professor compreenda que a mediação do conhecimento é o ponto de partida para construção desses valores e aprendizagens significativas.

Os PCN tratam desses valores quando abordam os temas transversais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual, todos esses temas voltados para a formação integral do indivíduo e para construção da cidadania, e explica que:

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva (BRASIL, 1997, p.23).

Com isso deixa claro que a educação escolar precisa contemplar estes temas em sala de aula para que o aluno leve estes valores para a vida prática e cotidiana dentro e fora do ambiente escolar.

Nesta perspectiva, entende-se que a formação integral do educando não ocorre de forma descontextualizada nem imediata, mas é um processo contínuo, gradativo e sistemático que exige de todos os envolvidos com o processo de aprendizagem uma postura atuante, reflexiva e pontual.

A família deve ser um grande colaborador para promover o desenvolvimento da consciência de valores morais e éticos. Só a união da família com a escola permitirá que as crianças consigam internalizar que os princípios morais devem permear as relações humanas e sociais.

A Creche Escola Comunitária Miguel Fróes tem buscado estreitar os laços entre a família e a comunidade local no intuito de garantir que a socialização e a formação integral de seus educandos aconteçam de forma natural e contextualizada às características socioculturais dos educandos. Ao reforçarmos cotidianamente a importância das relações interpessoais estamos ensinando aos alunos que a

transformações sociais devem caminhar para a promoção da igualdade de direitos e de oportunidades e para isso, a melhor forma é o exercício da cidadania e da construção identitária.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

Este capítulo abrange a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento cognitivo da criança. Traz, para isso, informações importantes sobre a implementação deste segmento de ensino no Brasil e apresenta também os suportes legais que amparam e direcionam sua aplicação, tais como o RCNEI (Referencial Curricular de Educação Infantil), LDB (Lei de Diretrizes e Bases), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outros documentos da Educação.

2.1 Constituição histórica da Educação Infantil no Brasil

A chegada da família real no ano de 1808 é marco decisivo nas mudanças que viriam ocorrer no Brasil no que diz respeito aos aspectos políticos, sociais, e educacionais do país. Neste período que houve a quebra do ensino jesuítico colonial e começou a se pensar em outro modelo de educação que contemplasse prioritariamente a elite, e de forma menos privilegiada o povo, reforçando a

desigualdade de tratamento que tem seus reflexos até os dias atuais (RIBEIRO, 2003).

Com a partida da família real para Portugal, o Brasil ficou nas mãos de D. Pedro como regente, no ano 1822 foi proclamada a República e novas mudanças ocorreram de modo que no ano de 1880 foi criada a primeira escola oficial do Rio de Janeiro, foi o ano também que a princesa Isabel assinou a Lei que acabava, pelo menos no papel, com a escravidão do Brasil. Então era preciso buscar novas formas de educação para o novo cenário social que se construía.

Diante de tantas mudanças ocorridas foi necessário pensar o que fazer com as crianças com menos de sete anos, já que a escola primária era destinada às crianças de sete a treze anos, e a escola secundária para as crianças a partir de treze. Até então a educação das crianças com idade inferior a sete anos ficava a encargo da mãe no âmbito caseiro e informal.

Os governadores brasileiros precisaram encontrar uma solução para acolher em instituições de ensino as crianças com menos de sete anos. O primeiro jardim de infância público brasileiro foi registrado no ano de 1896 na cidade de São Paulo e em 1899 foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ) o qual futuramente se expandiria por todo território nacional. É neste mesmo ano que se inaugura no Rio de Janeiro uma creche que tinha vínculos com a Fábrica de Tecidos Corcovado e inicia a partir daí as creches vinculadas aos locais de trabalhos das mães operárias.

Sob influência da Europa, onde ocorreu uma expansão de experiências pedagógicas inovadoras para a educação infantil, como o método criado por Maria Montessori na Itália, e a de Ovide Declory na Bélgica, aconteceu no Brasil uma revolução na educação, a partir daí começou-se o Movimento da Escola Nova, que levava em consideração o avanço da sociedade industrial e as ideias disseminadas na Europa. Os principais defensores deste movimento no Brasil foram Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Com as modificações sofridas no cenário socioeconômico, as mulheres sentiram a necessidade de trabalhar fora de casa, passando a ter que deixar seus filhos cada vez mais cedo nas creches e pré-escolas. Por isso, entendemos que:

A urbanização, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho extradomiciliar e as alterações na estrutura familiar são ainda hoje fatores

determinantes da demanda social de creches e pré-escola. [...] Quando surge uma creche ou pré-escola, nova perspectiva abre-se para a mulher e para a criança, o melhor, para toda a família [...]. Mas a educação infantil não parou por aí. Várias ciências debruçaram-se sobre a criança, nos últimos cinquenta anos, entre elas a psicologia, a sociologia, a biologia e a psicanálise infantil (DIDONET, 1991, p.92).

Diante disso, o Estado se viu obrigado a criar políticas públicas que contemplassem a formação educacional do indivíduo em suas diferentes fases de crescimento. E só então no século XX, começa um maior investimento na educação no que tange à construção de escolas, de creches e de Universidades públicas, de forma que tentasse abranger o maior número de pessoas.

Apesar de previsto pela Constituição de 1988, como dever do Estado assegurar a Educação Infantil como parte do sistema de educação brasileira, só em 1996 a determinação ganha um estatuto formal mais detalhado com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com isto a Educação Infantil começa a ser encarada com outros olhos que não a do assistencialismo, e inicia a nova fase de entender a infância pré-escolar como sendo um importante pilar para a formação educacional do indivíduo. É o que nos garante o artigo 29 da LDB, quando afirma que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Com isto, muda-se então a noção sobre infância, afinal a concepção da criança enquanto sujeito histórico e de direitos demorou muitos anos até ser entendida e aceita pela sociedade. Isso se deu porque a ideia de infância foi construída de forma gradual com o passar dos anos e das modificações políticas, pedagógicas e sociais sofridas por todas as gerações. Foi, portanto, necessário mudar a forma de olhar a criança, afinal:

Conceber a criança como ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 1986, p. 79).

A busca pela compreensão das características específicas da criança é objeto recente de estudos, principalmente no que diz respeito ao processo de socialização,

aprendizagem, desenvolvimento afetivo e cognitivo pueril. Muitos estudiosos defendem inclusive que o processo de aprendizagem da criança está estritamente ligado à família e ao ambiente em que vivem.

A criança quando passa a ser vista como ser social começa a ocupar um novo lugar na sociedade. E neste novo espaço de representação é tida como um indivíduo que precisa ser entendido na sua totalidade e para isto é imprescindível que as relações interpessoais sejam incentivadas, mas acima de tudo que as peculiaridades da infância sejam respeitadas e valorizadas. Por isso é relevante ter claro que:

[...] a infância é um outro mundo, do qual nós produzimos uma imagem mítica. Por outro lado, não há outro mundo, a interação é o terreno em que a criança se desenvolve. As crianças participam das relações sociais, e este não é exclusivamente um processo psicológico, mas social, cultural, histórico. As crianças buscam essa participação, apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento (KUHLMANN, 1998, p. 31).

A constituição histórica da Educação Infantil no Brasil aconteceu à proporção que a própria infância foi reconhecida socialmente, sobretudo porque as relações sociais e políticas obrigaram o Estado a rever o seu posicionamento sobre a educação das crianças brasileiras.

Diversas causas e concepções influenciaram o surgimento das instituições pré-escolares (creches, maternais, jardins de infância) no Brasil. Para melhor compreender essas motivações, é preciso lembrar que a princípio as creches e as pré-escolas tinham um caráter meramente assistencialista, com a única função de guardar as crianças até que suas mães chegassem do trabalho. Havia também as propostas pedagógicas de cunho religioso como forma de educação dentro destas instituições infantis.

Sabemos que a história não se escreve através de fatos isolados e nem de forma linear, mas através de sucessão de acontecimentos, motivações e interesses que se completam e se entrelaçam formando a própria história. Sobre isso Kuhlmann afirma que:

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens (1998, p. 77).

O formato de Educação Infantil que temos hoje é fruto de todas essas transformações, reformulações e estudos sobre a infância bem como a sua relevância para a construção identitária de cada indivíduo. Esse entrelaçar dos fatos compôs o conhecimento que temos hoje sobre o processo de aprendizagem da criança dentro das instituições de Educação Infantil.

Outro fato importante a ser destacado como marco importante para a implantação da Educação Infantil no Brasil é a influência de movimentos sanitaristas preocupados em proteger a saúde das crianças, sobretudo por causa do avanço da urbanização e industrialização nas primeiras décadas do século XX. Como consequência destes avanços, os centros urbanos não dispunham de uma infraestrutura adequada que suportasse toda essa transformação.

Nesta época, era possível constatar uma defasagem do saneamento básico, das moradias, da assistência médica, dentre outros fatores que desencadearam sérios problemas de saúde para a população, principalmente a crescente proliferação de epidemias que atingiam, sobretudo, as crianças.

Neste contexto, foram imprescindíveis ações paliativas que pudessem amenizar os impactos sociais, dentre essas ações foram fundadas algumas creches na tentativa de impedir ou pelo menos dificultar o aparecimento de outros problemas. Assim como ressalta Oliveira:

A creche seria um desses paliativos, na visão de sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja, com a preservação e reprodução da mão-de-obra, que geralmente habitava ambientes insalubres. Entendidas como 'mal necessário', as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico. Por trás disso, buscava-se regular todos os atos da vida, particularmente dos membros das camadas populares (2007, p.99-100).

Vale salientar que o formato e composição pedagógica da Educação Infantil foram se modificando com o passar dos anos. Na contemporaneidade, tem-se buscado cada vez mais o aperfeiçoamento do ensino desta modalidade respeitando o tempo de cada criança, bem como suas fases de desenvolvimento. Além disso, há uma preocupação com a formação docente para que atenda este público da maneira mais adequada e capacitada.

De acordo com o que já foi apresentado, pudemos constatar que a constituição das creches e pré-escolas esteve historicamente atrelada à classe social das crianças, sendo que para os menos favorecidos a prioridade estava

estritamente ligado ao cuidar e ao assistencialismo; já as que tinham um melhor poder aquisitivo o foco se concentrava na escolarização e no educar.

Depois das transformações sofridas ao longo dos anos, hoje podemos falar que existe um conjunto de legislação e políticas públicas voltadas para garantir que não se pode mais dissociar o cuidar do educar independente do poder aquisitivo da criança. Afinal, hoje temos entendemos e respeitamos a criança como um sujeito de direitos e como tal merece que o processo de educação aconteça de forma plena e cidadã.

2.2 Desenvolvimento das Políticas Públicas para Educação e Infância no Brasil

As mudanças de concepção a respeito da infância ao longo dos tempos motivaram a criação de diversas políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças com até cinco anos de idade.

O mais importante de se analisar as políticas públicas para a infância no Brasil, é compreender a criação, execução e fiscalização de programas e projetos de vários ramos da sociedade com o intuito de buscar os melhores caminhos para garantir os direitos inerentes à pessoa, afinal:

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p. 31).

Na década de 80 as reivindicações de direitos começaram a ficar mais intensas. É neste período que é promulgada a Constituição Federal de 1988, nela há a defesa dos direitos de todos os cidadãos brasileiros. Para Cesiara (2002) a Constituição Federal de 1988 foi documento pioneiro na valorização e reconhecimento da infância, a partir dele derivaram outros que reforçaram a ideia de assistência educativa para este público.

A Constituição Federal foi um avanço decisivo no que tange à educação como sendo um direito social de responsabilidade do Estado em parceria com a família. Observemos o que diz o artigo 205 desta Constituição:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2010).

A dignidade da pessoa humana está contemplada nesta Constituição e conseqüentemente, a promoção de igualdade entre os indivíduos está estritamente ligada ao direito de oportunidades, gerados pela garantia de educação de qualidade para todos os cidadãos sem distinção de classe social.

Com o acesso à educação garantido por lei, foi imprescindível a criação de Estatutos e Leis específicas para fazer valer esses direitos garantidos a todos os cidadãos, sobretudo, para as crianças e os adolescentes. Nesta perspectiva, foi sancionada em 13 de julho de 1990 a Lei Federal 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste novo paradigma, as crianças e os adolescentes passam a ser considerados como sujeitos de direitos com prioridades específicas já que possuem condições peculiares no contexto sociocultural.

O ECA sinaliza a importância de políticas voltadas para garantia de direitos, como afirma Silveira:

O ECA contempla o entendimento que envolve a integração das deliberações sobre as políticas para a infância e para a adolescência à nova organização sócio-política do país. Nesse contexto, as leis são concebidas como instrumentos necessários à democracia. Trata-se de uma reversão de concepções e práticas que guardam aproximações com as 'lutas' desencadeadas na década de setenta, em prol da democratização das relações sociais (2004, p.63).

Podemos observar que com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente houve uma crescente preocupação em garantir melhores condições de vida para esta parcela da sociedade que durante muito tempo não era reconhecida como merecedora de atenção e cuidados. Já em seu primeiro artigo o estatuto enfatiza a proteção integral da criança e do adolescente quando afirma que esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Na esfera de ações significativas no âmbito da educação, o ECA introduziu o trabalho socioeducativo pautado na construção da cidadania e do respeito e não mais nas práticas assistencialistas defendidas outrora pelo Estado. Com este formato, foi imprescindível estabelecer linhas de ação da política de atendimento e programas sociais, serviços de prevenção, entidades de atendimento, medidas de proteção e organização pública voltada para as crianças e adolescentes.

A reinserção da família na construção dos valores e na formação identitária infanto-juvenil foi uma das prioridades defendidas pelo ECA. Nesta perspectiva, a família exerce papel de grande relevância para garantia de direitos e acompanhamento da formação cidadã infanto-juvenil, sobretudo no que tange o processo de aprendizagem.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a sistematização do conhecimento formal deve acontecer no âmbito escolar, para isso o poder público deve criar meios legais para garantir esta formação educacional de modo satisfatório. Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), se propõe a delimitar um marco de atuação para as práticas pedagógicas formais, no sentido de alinhar a educação escolar com um determinado projeto de nação.

A primeira sanção da LDB ocorreu em 20 de dezembro de 1961 (lei nº 4.024/61), a qual foi modificada por artigos e emendas ao longo da história. Dentre elas podemos citar a lei 5.540/68 conhecida como lei da reforma universitária, pois reformou a estrutura do ensino superior no país. Depois, houve a lei 5.692/71 a qual tratou do ensino primário e médio dando-lhes nova nomenclatura para ensino de 1º e 2º graus respectivamente.

Na década de 90, em defesa de uma escola pública com moldes democráticos, iniciou-se no país uma discussão e muitos debates sobre projetos de lei que contemplassem o novo cenário social e que ampliassem os recursos para a educação pública, além da regulamentação da educação infantil e avanços curriculares para o ensino médio. Assim, em dezembro de 1996 foi sancionado o texto final da LDB sob o nº 9.394/96.

A LDB de 1996 reafirmou o direito à educação já garantido pela Constituição Federal e definiu as responsabilidades e parcerias entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A LDB divide em dois níveis a educação brasileira como sendo: educação básica e educação superior. Entende-se por educação básica: a Educação Infantil como creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) de competência dos municípios; o Ensino Fundamental que abrange os anos iniciais do 1º ao 5º ano e os anos finais do 6º ao 9º ano sendo gradativamente de responsabilidade dos municípios, devendo ser gratuita e obrigatória; Ensino Médio que vai do 1º ao 3º

ano, antigo 2º grau e é de responsabilidade dos Estados também deve ser gratuito e obrigatório.

A educação superior por sua vez é de competência da União, no entanto pode ser oferecido por Estados e Municípios desde eles já tenham atendido os níveis pelos quais são responsáveis. Outras modalidades de ensino também são oferecidas no Brasil tais como: Educação Especial para alunos com algum tipo de limitação; Educação à Distância; Educação Profissional ou Tecnológica; Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena.

A LDB de 1996 não encerrou os debates e discussões acerca da educação, houve como passar dos anos a necessidade de rever e reformular as leis no intuito de adequar aos padrões sociais vigentes na tentativa de tornar a educação cada vez mais acessível e de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

Algumas alterações foram feitas na LDB no ano de 2013 sob a lei 12. 796/13 alterando a Lei nº 9.394/96, muitas determinações afetaram diretamente a Educação Infantil, tais como: o estabelecimento de padrões básicos para o funcionamento de instituições de Educação Infantil, horas de trabalhos pedagógicos e determinação de quantidade de dias letivos, dentre outros.

Vale ressaltar outras determinações importantes para o cenário da educação, em 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001), nele é possível constatar o estabelecimento de metas com prazos definidos no que diz respeito à qualidade do atendimento da Educação Infantil, levando em conta desde a infraestrutura até a formação dos educadores. No que tange às creches e pré-escolas, o PNE define e delega o município como responsável por acompanhar, controlar, fiscalizar e supervisionar as instituições que atendem este segmento de ensino.

Ainda nesta perspectiva, no ano de 2009 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 59 que trouxe modificações substanciais para a educação as quais fortaleceram a importância e responsabilidade do Estado no âmbito educacional. É ressaltado nesta emenda que é dever do Estado garantir o Ensino Básico obrigatório dos quatro aos dezessete anos de idade, ou seja, uma abrangência que vai da educação infantil ao ensino médio.

Outra contribuição importante para o ensino da Educação Infantil foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Estas diretrizes foram elaboradas a partir de ampla escuta a educadores, pesquisadores universitários, movimentos sociais pela educação e todos aqueles que demonstravam interesse em melhorar e aperfeiçoar a práxis pedagógica voltada para as crianças de 0 a 5 anos.

Este documento tem o objetivo primordial de servir como guia sobre as práticas educativas voltadas para a Educação Infantil. Para isso se divide em três volumes que abordam os diversos aspectos pedagógicos deste segmento de ensino partindo da concepção do que é ser criança e apresentando os eixos de trabalho a serem desenvolvidos em sala de aula.

Dada a importância das Diretrizes como instrumento orientador da organização educacional para a Educação Infantil, é importante ressaltar os principais aspectos que permeiam sua intencionalidade, sobretudo quando destaca a necessidade de estruturar e organizar ações voltadas para o desenvolvimento de atividades que consigam de fato atender este público específico.

Com as DCNEI destacou-se a necessidade de construir propostas pedagógicas que respeitem as particularidades da Educação Infantil como forma de valorizar a criança como sujeito participante do seu processo de aprendizagem. Destacou-se também a importância do professor como mediador na aquisição do saber, e por sê-lo, precisa estar preparado e ser capacitado para atender este público tão peculiar, por isso:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, DCNEI, 2009, art. 3º).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil foram de extrema relevância para firmamos a certeza de que as crianças trazem para a escola experiências e conhecimentos que devem ser valorizados e estimulados em seu processo de construção de aprendizagens. E por isso, a instituição escolar deve oferecer o ambiente propício para que a criança se desenvolva em diferentes áreas do conhecimento, afinal:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (SAVIANI, 1994, p.172)

Todos os Programas, ações e documentos de caráter normativo, resoluções e pareceres voltados para a garantia do pleno funcionamento da Educação brasileira deu um novo formato ao Ensino da Educação Infantil, e conseqüentemente trouxe à baila a importância de termos uma base educacional sólida desde a primeira etapa da educação básica, para que possamos garantir uma educação gratuita e de qualidade para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua classe social ou mesmo de suas limitações físicas e cognitivas.

Na prática sabemos que ainda há muito a ser feito para que o direito à educação pública de qualidade seja de fato uma realidade em toda a sociedade brasileira, pudemos observar alguns encaminhamentos que foram percorridos ao longo do tempo para a efetivação deste direito, todos foram de grande relevância para o que temos hoje no âmbito da educação infantil, mas não se esgota aqui a necessidade de medidas atuais e atuantes no cenário da educação.

2.3 Educação Infantil: Desenvolvimento e aprendizagem

A Educação Infantil é a primeira etapa da vida escolar da criança e por isso ocupa papel de destaque no que tange a sua formação educacional. Por ser a fase inicial da educação básica requer um cuidado específico tanto por parte das instituições e dos docentes quanto por parte da família.

Por entendermos a criança como um sujeito que necessita da interação com as pessoas e o ambiente para a aquisição de sua aprendizagem, é preciso garantir que as referências familiares, sociais e culturais façam parte de sua construção enquanto cidadão, afinal:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais (RCNEI – Vol. 1, 1998, p. 21).

Como esclarece o RCNEI, a criança estabelece com os seus pares uma relação de extrema importância para a construção de sua subjetividade e interfere

consideravelmente no ambiente que convive. Nesta perspectiva, a criança é um sujeito ativo no que diz respeito ao seu processo de desenvolvimento e aprendizagens.

Sabemos que a construção de valores e o conhecimento que o indivíduo tem do mundo antecede o conhecimento formal aprendido nas escolas, por isso, é imprescindível que as instituições escolares saibam valorizar e potencializar os diferentes saberes que a criança já traz consigo antes mesmo de frequentar a Educação Infantil. Desta forma, é importante ressaltar que:

A criança vai aprendendo a respeito do mundo em que está inserida, vai conhecendo seus valores, suas culturas. Esses valores sociais, entretanto, são frutos de experiências que a criança vai desenvolvendo junto com aprendizados e significados culturais que a rodeiam ao longo de sua vida. (MAIA, 2012, p. 33).

O processo de aprendizagem, neste sentido, está estritamente ligado ao ambiente em que cada criança está inserida e aos estímulos que este lugar pode transmitir-lhe, afinal:

As mesmas condições ambientais – em crianças diferentes e em diferentes fases de desenvolvimento – podem exercer diferentes tipos de influências, assim como provocar diferentes atitudes, dependendo também do significado que cada criança atribui às situações vivenciadas e do nível de consciência que ela possui em relação aos acontecimentos. Enfim, cada criança interpreta, vivência e se relaciona com as situações cotidianas e do seu entorno sociocultural de forma particular (RAPOPORT et al, 2009, p. 38).

Cada criança tem seu jeito próprio de aprender, e suas peculiaridades devem ser respeitadas. As mesmas condições ambientais são interpretadas, sentidas e internalizadas de diferentes maneiras porque cada ser é único. Dessa forma, o processo de desenvolvimento e aprendizagem está vinculado às relações estabelecidas entre a criança e o contexto ambiental em que ela vive. Para Vygotsky:

Cada função no desenvolvimento cultural de uma criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e mais tarde, no nível individual, primeiro entre pessoas (interpsicológico) e depois dentro da criança (intrapicológico). Isso se aplica igualmente a toda atenção voluntária, à memória, à formação de conceitos. Todas as ações mentais superiores se originam como relações reais entre pessoas (1978, p.57).

Podemos perceber com esta citação, a importância que o teórico atribui às relações interpessoais como pressupostos para a construção identitária e de

saberes. Afinal, enquanto seres sociais dependemos do outro para (re) significarmos a nossa própria autonomia.

Na Educação Infantil o processo de aquisição do conhecimento se dá de forma lúdica e dinâmica porque é através das representações simbólicas que as crianças desenvolvem suas ideias, criam suas hipóteses, formulam conceitos e estabelecem relações lógicas. Nesta perspectiva, a utilização de atividades lúdicas e de material concreto está estritamente relacionada ao processo de construção do conhecimento, por isso é essencial que o ambiente da Educação Infantil estimule e desafie a criança a buscar novas estratégias para o desenvolvimento cognitivo, afinal:

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos (Id., 2007, p. 35).

A aprendizagem é um processo gradativo que é fortalecido durante a Educação Infantil, é neste período de interação da criança com outras crianças, com o docente e com o meio ambiente que há o favorecimento da construção desta aprendizagem, isto por quê:

Aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente (a maturação sexual, por exemplo). Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. (...) o conceito em Vygotsky tem um significado mais abrangente, sempre envolvendo interação social (OLIVEIRA, 1997, p. 57)

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, v.01 p. 23):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Fica evidente, portanto, que o processo de ensino-aprendizagem da Educação Infantil ocorre de forma diferenciada dos outros segmentos de ensino

porque exige do docente e das instituições escolares um olhar mais cuidadoso, dinâmico e lúdico em relação à construção do conhecimento.

O desenvolvimento cognitivo da criança sempre foi uma preocupação eminente do teórico Jean Piaget que ressaltou durante suas pesquisas que a criança tem o modo de pensar diferente dos adultos e por isso organizam seu pensamento de acordo com a faixa etária.

Para Piaget (1978), a criança passa por quatro etapas de desenvolvimento sendo a primeira Sensorio-Motora que vai do 0 aos 2 anos de idade, fase em que as crianças entendem o mundo através das sensações; a segunda é denominada de Pré-Operatório corresponde a faixa etária dos 2 aos 7 anos na qual a criança entende o mundo através da linguagem e das imagens mentais; a terceira fase é chamada de Operacional-Concreto abrange dos 8 aos 12 anos fase em que a criança já utiliza a lógica para solucionar situações mais complexas; a quarta e última fase foi denominada por Piaget de Operacional Formal que corresponde a crianças a partir de 12 anos a qual o indivíduo já formula hipóteses.

Ante o exposto, podemos observar que de acordo com a abordagem piagetiana, o desenvolvimento cognitivo da criança está estritamente ligado a cada etapa vivenciada por ela, por isso é importante atentar ao fato de que:

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. Para que isso ocorra, faz-se necessário uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social (BRASIL, 1998, p. 47).

O desenvolvimento da criança deve ocorrer de forma integral contemplando as mais diferentes capacidades para que a criança construa sua cidadania de forma plena e compreenda que o processo de aprendizagem vai além do domínio de conteúdos programáticos transmitidos nas escolas.

2.4 A importância da formação docente para a Educação Infantil

O histórico da formação de docentes para a Educação Infantil no Brasil é muito recente, afinal este segmento de ensino só passou a ser considerado como educação básica com a promulgação da Lei 9394/96. Antes disso, não havia uma

preocupação formal com este nível de ensino e muito menos com a qualificação dos profissionais que trabalhavam com este público.

Importante ressaltar que ensinar crianças se tratava essencialmente de uma profissão para mulheres já que era encarada como uma extensão dos cuidados maternos e não como um segmento de ensino. Desta forma, a professora de Educação Infantil, por muito tempo, foi tratada como sendo uma espécie de “tia” e reconhecida, sobretudo pelo seu dom maternal, afetivo e quase parentesco. Não era vista como uma profissional que devesse dominar técnicas de ensino e ter formação específica para lecionar nas turmas de Educação Infantil. Por acreditar que este dom era nato, não havia necessidade de formação acadêmica, bastava seguir um modelo idealizado que se encaixava nos moldes estabelecidos culturalmente para se tornar uma professora das crianças com menos de seis anos.

Com o passar dos anos, muitas mudanças foram dando novo formato à percepção que se deve ter sobre os profissionais da Educação Infantil. E neste sentido, a LDB teve grande importância afinal instaurou várias reformas ao longo dos tempos que atingiram diretamente a Educação Infantil e conseqüentemente a formação dos docentes que trabalham com este segmento de ensino.

Sobre a formação docente para os profissionais da Educação Infantil a LDB determina em seu artigo 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Hoje, a sociedade já compreende que o trabalho pedagógico com crianças da Educação Infantil exige que o docente tenha formação acadêmica e cursos de aperfeiçoamento voltados para a práxis pedagógica, além de criatividade, dinamismo, espírito inovador e multifocal. Desta forma, é necessário que este profissional saiba trabalhar com diferentes tipos de conhecimento e que saibam valorizar a história de vida de cada educando. Sobre isso o RCNEI afirma:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se,

ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 47).

É possível afirmar que a reflexão sobre a prática docente deve ser uma constante na vida profissional de um professor, para que desta forma ele também se perceba como um aprendiz, construindo gradativamente seus saberes em parceria com os outros profissionais da escola e buscando os melhores caminhos para ser um mediador na construção da aprendizagem significativa das crianças da Educação Infantil.

Compreender como a criança aprende, conhecer suas etapas de desenvolvimento cognitivo são pressupostos básicos que se deve ter para trabalhar com a Educação Infantil. Por isso, se intensifica na contemporaneidade a discussão sobre a importância da formação docente como forma de garantir uma educação voltada para as necessidades específicas deste grupo de crianças.

O professor enquanto mediador do processo de aprendizagem ocupa um papel de destaque na construção do conhecimento. A prática pedagógica deve estar repleta de significados para a criança durante sua vida escolar e neste sentido o professor é o grande motivador e incentivador nas relações interpessoais das crianças. Através do professor da Educação Infantil a criança passa a ter uma nova referência de adulto e isso interfere na construção de sua identidade e autonomia. Sobre esta temática o escritor Cury (2003, p.65) salienta que:

Os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos.

Estes sentimentos altruístas citados por Cury são indispensáveis durante a Educação Infantil, porque é neste momento que as crianças começam a criar laços de amizade, companheirismo e cumplicidade que antes estavam restritos ao seio familiar e o professor é muito importante neste processo. O ambiente escolar também influencia consideravelmente na construção de valores, como abordou Libâneo:

A formação de atitudes e valores, perpassando as atividades de ensino, adquire, portanto, um peso substantivo na educação escolar, por que se a escola silencia valores, abre espaço para os valores dominantes no âmbito social (1998, p.45)

A escola deve, portanto, oferecer e oportunizar as ferramentas necessárias para que os docentes possam trabalhar valores e o respeito às diferenças, para isso é imprescindível que os professores estejam preparados e aptos a lidar com a diversidade.

Importante salientar que as teorias aprendidas nas formações devem estar atreladas às atividades práticas docentes para que de fato tenham algum sentido para a sua práxis pedagógica e reflitam na qualidade da Educação Infantil.

Sabemos que ainda há um percurso longo a seguir no que tange a qualificação dos docentes, sobretudo da Educação Infantil, mas já vislumbramos na atualidade mudanças significativas na formação docente e conseqüentemente na melhoria do ensino público brasileiro.

CAPÍTULO III

INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA SOLIDIFICAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo iremos discorrer sobre a importância da participação da família para o processo de aprendizagem dos educandos da Educação Infantil, para isso trataremos questões pertinentes à temática, como, por exemplo, as concepções sobre a família ontem e hoje.

3.1 Concepções sobre o conceito de Família

Várias são as definições sobre família, todas elas dependem do contexto sociocultural que inevitavelmente se modificam com a evolução dos tempos. O dicionário Aurélio (2004) nos apresenta a definição de família como sendo um conjunto de parentes por consanguinidade ou por afinidade; descendência, linhagem, estirpe; conjunto de pessoas da mesma seita, fé, sistema, profissão.

Sabemos que por ser um conceito subjetivo, falar sobre a família ainda é um assunto delicado, sobretudo porque a instituição familiar sempre foi apresentada como formadora e socializadora da criança, sobre isso é importante refletirmos que a família é:

Um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade (NOBRE, 1987, p.118).

Durante muito tempo somente o modelo patriarcal de família era socialmente aceito como padrão. Este formato foi uma herança da hegemonia da Igreja Católica desde a Antiguidade Clássica e perdurou durante muitos anos. Entretanto, a sociedade não se estagnou. No decorrer dos anos, principalmente no século XX,

ocorreram inúmeras transformações sociais, decorrentes de duas grandes guerras e do expansionismo capitalista, além da Revolução Industrial, por isso as mudanças socioculturais e econômicas tomaram um ritmo acelerado, materializando, por exemplo, a emancipação da mulher e a sua gritante conquista no mercado de trabalho.

Com a emancipação feminina o formato da família mudou e a escola precisou acompanhar esta mudança para que pudesse compreender a criança e suas diferentes influências além da sala de aula.

A Constituição Federal de 1988 foi extremamente importante para firmar algumas mudanças em relação às novas estruturas familiares, a partir dela, passou-se a priorizar esta instituição como base da sociedade admitindo suas diferentes estruturas e estabelecendo novos valores sociais a partir da valorização do ser humano, tornando prioritário o tratamento às crianças e os adolescentes tendo como fundamento a igualdade e a dignidade da pessoa humana.

A Constituição de 1988 expandiu o conceito de família oficializando novos modelos, não determinando que se formasse apenas pelo casamento, mas também através da família monoparental e com isso passou a reconhecer também a união estável como instituição familiar. Esta Constituição também foi a grande responsável pelas mudanças jurídicas que passaram a amparar estas novas modalidades de família ao ponto de receberem a proteção do Estado para o novo conceito plural de instituição familiar.

Na atualidade reconhecemos que as famílias se constituem e existem de diferentes maneiras, portanto, para pensar a relação família e escola, é preciso compreender estes novos formatos atentando para etapas e ciclos que influenciam consideravelmente na formação da subjetividade da criança.

Vale salientar que o conceito de família foi se adaptando a realidade vivenciada pela sociedade ao longo dos tempos, como a legislação teve que se ajustar a estas transformações para que pudesse atender as diferentes concepções de famílias nas quais o casamento dito tradicional já não era o único socialmente aceito. Nesta perspectiva podemos evidenciar que:

Agora o que identifica a família não é nem a celebração do casamento nem a diferença de sexo do par ou envolvimento de caráter sexual. O elemento distintivo da família, que a coloca sob o manto da juridicidade, é a presença

de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo. Cada vez mais, a ideia de família se afasta da estrutura do casamento (DIAS, 2005, p.39).

Em uma visão evolucionista podemos compreender que a definição de família tem passado constantemente por mudanças que refletem os progressos tecnológicos, culturais, científicos e sociais. Em virtude disso, a legislação tem buscado aumentar sua natureza protetiva considerando os perfis que as famílias vêm adotando na modernidade e respeitando os vínculos familiares, a afetividade, a dignidade da pessoa humana e seus direitos enquanto cidadãos. A este respeito afirma Albuquerque:

A menção a entidade familiar é feita no sentido de núcleo familiar, família no mais estrito sentido da palavra, abrangendo os mais diversos arranjos familiares, dentro de uma perspectiva pluralista, de respeito à dignidade da pessoa humana, com o significado, segundo o nosso entendimento, de unidade integrada pela possibilidade de manifestação de afeto, através da convivência, publicidade e estabilidade (2008, p. 26).

É importante salientarmos que o direito de família está umbilicalmente ligado aos direitos humanos, os quais devem estar respaldados na igualdade entre todos os componentes da família, nas várias formas de filiação e nos diferentes tipos de constituição familiar.

Assim, a instituição familiar tem ganhado novos rumos se adaptando às novas realidades, buscando desta forma a representatividade das diferenças e da diversidade. Com isso sua configuração foi mudando e o papel do pai e da mãe na nova constituição familiar aos poucos foi se transformando.

Na contemporaneidade, a família é entendida como um conjunto de pessoas que podem estar ligadas, ou não, por laços sanguíneos. A este respeito Dias afirma que:

O pluralismo das relações familiares – outro vértice da nova ordem jurídica – ocasionou mudanças na própria estrutura da sociedade. Rompeu-se o aprisionamento da família nos moldes restritos do casamento, mudando profundamente o conceito de família. A consagração da igualdade, o reconhecimento da existência de outras estruturas de convívio, a liberdade de reconhecer filhos havidos fora do casamento operaram verdadeira transformação na família (2005, p.41).

O modelo padrão de família tem sido substituído por uma formação mais flexível, e neste contexto de transformações na instituição familiar surgiu à luta pelo reconhecimento da união homoafetiva, pessoas do mesmo sexo que querem formar sua família. Apesar de muitos avanços, essa formação familiar ainda tem sido alvo de preconceitos que acentuam a desigualdade e a falta de representatividade política e social.

Outro modelo de família preponderante no contexto brasileiro é o monoparental de chefia feminina. Isso acontece, sobretudo pela independência financeira da mulher, sua inserção no mercado de trabalho, maior escolaridade e principalmente pelo fato da mulher, na maioria das vezes, não se sentir mais inferior ou submissa ao homem.

É possível observamos que grande parte das famílias dos alunos de escola pública é chefiada por mulheres que se desdobram trabalhando fora para prover o sustento da casa sem perder de vista os afazeres domésticos e a vida escolar dos filhos. Sendo assim:

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família monoparental costumam ser também “mães de família”: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo, quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa (BARROSO & BRUSCHINI, 1981, p.40).

Portanto, ao pensarmos em um conceito que defina a família devemos levar em consideração seus aspectos específicos, históricos, culturais, sociais e afetivos que permeiam a sua composição e nos leva a refletir sobre a importância desta instituição para a construção identitária de cada criança que está inserida nesta formação social.

Neste contexto, é relevante respeitarmos as diferentes formas de composição familiar de modo que possamos perceber que o que realmente importa nesta instituição é o afeto, o respeito e o amor.

3.2 Importância da família para a aprendizagem

No seio familiar a criança adquire os primeiros ensinamentos, absorve a noção primordial dos valores sociais e afetivos que permeiarão toda a sua vida. Por isso, é tão importante a união e parceria entre família e escola durante o processo de construção da aprendizagem.

Sabemos que a aprendizagem é resultado de várias motivações intrínsecas e extrínsecas, como afirmou Piaget (apud KRAMER, 2000, p. 29) “o desenvolvimento resulta de combinações entre o que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio [...] e os esquemas de assimilação vão se modificando progressivamente, considerando estágios de desenvolvimento”. Nesta perspectiva podemos afirmar que tanto o ambiente familiar quanto o escolar são imprescindíveis para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Existem fatores internos e externos que são determinantes para desenvolver a aprendizagem. No que tange os aspectos internos podemos elencar a motivação, maturidade e a hereditariedade. Já os fatores externos estão estritamente ligados à cultura e ao ambiente que estão inseridos.

É possível afirmar que a aprendizagem se dá a partir da organização da percepção que se tem do mundo dentro de cada um, por isso, a aprendizagem é um processo contínuo e gradativo que requer incentivo, sendo que a família e a escola devem exercer seus papéis de modo satisfatório para que não fique uma lacuna neste processo de aprendizagem. A este respeito nos diz o autor que:

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e à escola instruí-los, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência. Talvez essa seja uma concepção por demais simplista para equacionar as relações entre a família e a escola em nossos dias, mas qualquer avanço na discussão de até onde vai o papel da família e onde começa o da escola nos conduziria a outro patamar de considerações que extrapolam os limites da contestação à pergunta formulada (OSÓRIO, 1996, p.82).

Neste sentido é pertinente salientar que a ausência da família na formação escolar dos educandos acarreta uma série de consequências negativas que se refletem tanto na vida escolar quanto na vida extraescolar.

Hoje mais do que nunca entendemos que a família tem um papel imprescindível na vida escolar de seus filhos. É na família que é estimulado o desenvolvimento das primeiras habilidades, e é através dos ensinamentos domésticos que se deve incentivar o respeito ao próximo, as boas relações interpessoais, e as regras sociais que são culturalmente estabelecidas.

Constatamos ao longo dos anos que na Creche Escola Comunitário Miguel Fróes a família ainda se apresenta ausente ao acompanhamento escolar dos seus filhos e isso dificulta o avanço cognitivo e social dos educandos. Entendemos que a família precisa estar mais próxima das ações escolares para fortalecer as aprendizagens adquiridas para além do seio familiar.

Neste sentido, a escola vem para reforçar esses primeiros valores aprendidos no seio familiar, acrescentando, no entanto, não devendo assumir para si o papel inicial desta instituição. A este respeito Tiba afirma que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam (1996, p. 111).

É fundamental para isso, a família ter consciência sobre a importância de estar presente no desenvolvimento dos filhos em diferentes etapas da vida social e escolar. Isso implica a participação, comprometimento, dedicação e colaboração para que consiga estar atentos ao desenvolvimento cognitivo e comportamental do educando intervindo sempre que houver necessidade. Nesta perspectiva, tornou-se fundamental refletirmos sobre as diferentes configurações e dinâmicas familiares da contemporaneidade, para desta forma compreender os discursos de participação da família na vida escolar dos filhos.

A participação e o comprometimento dos pais na vida escolar dos filhos são de fundamental importância para o desenvolvimento integral do sujeito dentro de uma perspectiva cidadã e identitária, por isso, é imprescindível que a família se perceba e se assuma enquanto uma instituição social que influencia e interfere diretamente no desenvolvimento escolar do aluno justamente por ser a base de toda a educação e transformação das relações que envolvem o homem no contexto social.

Família e escola são os sustentáculos de todo ser humano, são marcos de referência existencial capazes de definir alguns rumos importantes na vida do indivíduo, por isso, quanto maior e melhor for a parceria entre estas duas instituições, mais positivos, significativos e produtivos serão os resultados na formação cidadã dos sujeitos.

A participação da família na educação escolar dos filhos deve ser algo constante e atuante porque a formação integral do indivíduo carece dessa relação simultânea e complementar para que o processo de aquisição do conhecimento aconteça de forma natural e gradativa. Sobre isso é importante refletirmos que:

Apego, família e educação constituem os pilares sobre os quais a criança configura sua estrutura emocional, bem como características e peculiaridades importantes de sua personalidade e de seu modo pessoal de estar no mundo. É muito provável que se de certa continuidade entre o apego, o estilo educativo e as estruturas que caracterizam as respectivas famílias. Isso quer dizer que o modo como se configuram as estruturas familiares possivelmente depende do estilo de apego existente entre pais e filhos e do modo como a criança e o adulto se relacionam (FREDDO, 2004, p.56).

Tanto a convivência quanto o relacionamento familiar são fatores fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e emocional do educando. Nesta perspectiva, é importante entender o indivíduo como parte de um todo organizado a partir de elementos que interagem entre si, e cada parte influenciando e sendo por ela influenciado.

Na maioria das vezes a família não compreende que o processo educativo começa antes da vida escolar, é na família o primeiro ambiente de formação de valores e comportamentos. Os pais nem sempre se dão conta que as suas atitudes influenciam consideravelmente na vida de seus filhos seja positiva ou negativamente. De acordo com Brandão (1982, p. 12) “a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível”. Esta visibilidade, no entanto, se dá a partir do momento que a família se une à escola para incentivar seus filhos a construírem sua aprendizagem escolar e social pautadas no respeito e na cidadania.

Nos dias atuais a escola tem sentido a fragilidade da atuação da família no que se refere ao acompanhamento da vida escolar dos filhos. Isso tem se refletido negativamente no processo de aprendizagem uma vez que as relações entre a

família e a escola interferem diretamente na aquisição do conhecimento, afinal a base e o estímulo familiar são imprescindíveis para que o educando reconheça a importância dos estudos para a sua vida social.

Observa-se que muitas famílias têm delegado a educação de seus filhos para a instituição escolar, acreditando que além de passar conhecimentos específicos a escola tem a obrigação de ensinar princípios morais e cívicos. Sobre isto Fraga nos sinaliza que:

Sabe-se que muitas famílias não participam efetivamente do cotidiano escolar dos filhos e, conseqüentemente, influenciam negativamente no desenvolvimento do aluno em sala de aula. Os educadores buscam estratégias para que os pais se envolvam mais no processo de aprendizagem através de reuniões, que são utilizadas para relatar o que acontece na escola e com o aluno e/ ou promovem atividades de integração entre pais e filhos. Apesar dos esforços, nem sempre os pais comparecem nestes eventos, frustrando as expectativas da escola (2012, p.01).

É importante salientar que o espaço de aprendizagem não deve ser pensado de forma restrita à escola ou à sala de aula, pelo contrário, deve haver uma sintonia entre a família e a escola a fim de que se estabeleçam laços capazes de estimular o desenvolvimento cognitivo da criança nos diversos espaços que ela convive e frequenta. Quando a família não valida às ações da escola impede que haja maior desenvolvimento das competências e habilidades das crianças.

Há inúmeros benefícios da parceria entre a família e a escola. Dentre eles podemos citar o diálogo, a confiança e corresponsabilidade pela formação identitária e cidadã da criança, tudo isso com o objetivo maior de oferecer ao educando as melhores condições de desenvolvimento e aprendizagem.

A relação saudável entre a escola e a família contribui para potencializar a autoestima, a autoconfiança, o amor próprio, além de fortalecer os vínculos afetivos das relações interpessoais que são indispensáveis para o bom convívio social e cultural daqueles que estão em processo de construção da identidade.

3.3 Colegiado escolar e as formas de participação da família na escola

A escola deve ser um espaço de construção da cidadania e neste sentido necessita da participação de toda comunidade para que as transformações sejam

efetivamente reais e significativas durante o processo de construção do conhecimento.

A escola de modo geral tem cobrado muito a participação dos pais e da comunidade no processo de aprendizagem, no entanto, é necessário que a escola possibilite ações que viabilizem a participação de pais, alunos, docentes e toda comunidade escolar.

A participação e o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar são fatores preponderantes para a efetivação de uma gestão democrática. E neste sentido, a equipe educadora assume um papel relevante na promoção de ações que mobilizem, estimulem, motivem e garantam a implantação de uma gestão participativa. Por isso, é imprescindível que a escola busque meios de favorecer a participação e a corresponsabilidade entre seus pares.

É importante pensarmos o processo de participação como sendo um processo de aprendizagem e por isso deve ser trabalhado, mediado e amadurecido no decorrer de todo processo educacional. Nesta perspectiva, a criação de um colegiado escolar é de extrema relevância porque envolve todos os representantes dos diferentes segmentos. Mas é importante estarmos atentos ao fato de que:

A participação não tem o mesmo significado para todos, tratando-se, portanto, de uma palavra que tem vários significados. Ela apresenta diferenças significativas quanto à natureza, ao caráter, às finalidades e ao alcance dos processos participativos. Isso quer dizer que os processos de participação constituem, eles próprios, processos de aprendizagem e de mudanças culturais a serem construídos cotidianamente (BRASIL, 2004).

Para que haja a ressignificação e sentido da participação e do envolvimento da comunidade com as demandas da escola é imprescindível estabelecer elos consistentes como forma de garantir o direito a uma educação de qualidade. Há que se estabelecer laços, fortalecer parcerias, criar condições de diálogos e decisões conjuntas para que a participação entre a comunidade escolar seja satisfatória e produtiva.

Sabemos que a postura participativa que cada membro deve assumir no contexto escolar é um processo gradativo que demanda tempo e mudança de pensamento, logo, necessita que se crie um ambiente propício ao debate, reflexão e exercício da democracia.

Quando todos os segmentos da comunidade escolar se sentem responsáveis pela construção da aprendizagem, o foco passa ser a consolidação dos saberes dos educandos, e todas as pessoas envolvidas neste processo passam a exigir as intervenções necessárias para que o direito à educação seja de fato garantido. E neste formato todos são coparticipantes e, portanto, compartilham das vitórias e fracassos vivenciados no processo de ensino aprendizagem.

Nesta perspectiva é que o Colegiado Escolar consegue estabelecer o elo importante e concreto entre todos os integrantes da comunidade escolar e assume papéis imprescindíveis na busca de uma aprendizagem efetiva e significativa. Por isso, que este órgão é tão importante para prática pedagógica e administrativa de toda escola.

Para que a participação seja uma realidade pautada na contribuição e interação entre o grupo colegiado é necessário criar os meios e condições necessárias para que de fato a mesma ocorra gradativamente no ambiente escolar. Desta forma, precisamos estar atentos ao fato de que:

A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende, portanto, da ação de todos: dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes e comunidade local. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são fundamentais para o exercício do aprendizado democrático que possibilite a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos (BRASIL, 2004, p.32).

Portanto, entender as necessidades educacionais que emergem no contexto específico da escola é uma maneira de interagir diferentes segmentos na busca por um mesmo objetivo que é o de alcançar uma aprendizagem significativa, dinâmica e plena.

Vale salientar que a dimensão política do trabalho escolar interfere de forma substancial na práxis pedagógica e por isso as angústias e problemas devem ser compartilhados com os órgãos colegiados, como o Colegiado Escolar, na tentativa de criar estratégias que aperfeiçoem a aprendizagem e o bom andamento da Unidade Escolar.

A gestão colegiada não deve acontecer de forma arbitrária e sem planejamento. É necessário definir papéis, delegar funções e envolver toda a comunidade nas decisões a serem tomadas em relação à realidade específica da

escola, sendo assim, o diálogo deve ser constante para que haja a construção do processo de aprendizagem de forma autônoma e participativa.

É em nome de uma educação participativa que se deve implantar o colegiado escolar em todas as escolas públicas brasileiras, afinal este é um dos principais pressupostos para a democratização e deve ser encarado como um espaço permanente de debates, discussões e deliberações que definirão o rumo de uma escola. Nestes termos podemos afirmar que:

Dentre os instrumentos que vêm sendo estruturados no processo de democratização em gestão, destacamos o Conselho Escolar por considerarmos o mais democrático, principalmente, por contemplar representação de todos os segmentos da comunidade. O Conselho Escolar, denominado Colegiado em alguns Estados e Municípios, surgiu a partir da década de 80, quando educadores mais conscientes do ato educativo se rebelaram contra a forma de organização tecnicista, considerada rígida e autoritária, por excluir o profissional das decisões sobre a autonomia de seu trabalho e começaram a falar de administração democrática como uma forma de ampliação dos canais de comunicação com a comunidade e de discussão e crítica do próprio papel do Estado. Surge assim a proposta de criação dos Conselhos Escolares vinculados à ideia de democracia, questionando, inclusive administração centralizada exercida pelo diretor (ALMEIDA, 2002, p. 71).

É evidente que a evolução da escola está diretamente ligada à forma com que ela acompanha as mudanças no cenário mundial. Afinal, a construção do saber, hoje mais do que antes, acontece de forma dinâmica, criativa e transformadora, neste sentido a escola deve ser capaz de harmonizar os anseios da vida moderna, no qual somos sujeito da construção da aprendizagem, com a educação formal de ensino, para que dessa forma seja possível pensarmos em maneiras inovadoras e significativas de organizar a escola e o ensino. Na concepção de Luck, a participação:

Constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, está centrada na busca de formas mais democráticas de gerir uma unidade social. Define-se, pois, a gestão democrática como o processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões: envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo de melhoria contínua como um todo (2008, p. 57).

Nesta perspectiva podemos afirmar que a construção de uma escola democrática se faz a partir de diálogos constantes, mudanças de postura e, sobretudo, através do envolvimento e participação da comunidade escolar. Afinal, é

necessário que os membros da escola e da comunidade local se sintam construtores do processo democrático, com funções e responsabilidades que exijam maior envolvimento e participação nas ações que dizem respeito a vida educacional dos estudantes.

O processo gestado e gerenciado de forma coletiva possibilita à Unidade Escolar maior poder de decisão, haja vista que as ações serão pensadas a partir de diferentes segmentos. Neste aspecto, é relevante que a gestão da escola consiga promover a implantação um ambiente propício à participação plena da comunidade escolar e assegure que este local de deliberações esteja permanentemente em diálogo. A este respeito, Libâneo salienta que:

A valorização da escola pública não está somente em reivindicá-la para todos, mas, acima, de tudo, planejar uma ação educativa diferenciada em termos didáticos pedagógicos, oferecendo oportunidades ao aluno para saber e saber fazer de forma crítica, como primeira condição para sua participação ativa em outras situações da vida social, inclusive para melhorar suas condições de vida(1987, p.38).

A educação é um instrumento de poder, e através dele podemos formar homens e mulheres sujeitos de sua própria existência. Este é, portanto, o maior desafio que nós, educadores, temos pela frente: emancipar estudantes mediando-os nessa busca incessante pelo conhecimento. Para isso é muito importante entendermos que a escola não deve estar estanque da vida real dos nossos alunos, mas sim deve ser o elo entre o conhecimento formal e o saber de mundo que cada educando traz consigo.

Os pais e responsáveis podem participar da vida escolar de seus filhos de diversas formas: indo a reuniões, ensinando o dever de casa, frequentando os eventos comemorativos e estando mais próximos do dia a dia dos seus filhos.

A escola precisa conhecer a história de vida de seus educandos e para isto é imprescindível estabelecer laços fortes com a sua família para que consiga entender o contexto sociocultural que o educando está inserido. Sobre isto é importante refletirmos que:

Para que a escola ofereça essa contribuição é preciso respeitar a história de vida das crianças, seu conhecimento, sua sensibilidade, seus valores, produzidos na convivência cotidiana na sua comunidade. A criança não é um recipiente no qual se despejam coisas. A criança é um sujeito, ela produz conhecimento, ela constrói sua fala. [...] Cada pessoa é diferente. É

na diferença que está originalidade, o sentido e a riqueza de ser gente (BRASIL, 2009).

Quando a família se percebe enquanto elemento preponderante nas decisões que definem o cenário de uma escola e a vida escolar de seus filhos, ela passa a entender que todos são indispensáveis na construção de uma gestão compartilhada, e por isso, todos são responsáveis pelos resultados obtidos durante o processo de ensino aprendizagem.

A escola tem uma árdua missão de mediar a participação da família dentro do contexto escolar, fazendo-a perceber que a sua influência é decisiva para que o educando se dedique aos estudos e à construção da sua cidadania.

O aluno deve ter a convicção de que a família e a escola trabalham juntas em prol de seu crescimento cognitivo, afetivo e emocional. Esse laço precisa ser forte o suficiente para que o educando compreenda que tanto a família quanto a escola zelam pela sua formação integral e plena.

3.4 A importância da afetividade para o processo de aprendizagem

O ser humano é essencialmente afetivo e necessita desta afetividade desde muito antes de seu nascimento para se formar enquanto ser único e amado. Nestes termos, a formação integral da criança está estritamente ligada aos laços afetivos estabelecidos ao longo da sua existência, e a escola exerce um papel fundamental na construção destes elos que possibilitam a socialização e crescimento identitário do educando.

Há muitas definições para o que denominamos afeto, segundo o Dicionário Aurélio (2004) afeto significa sentimentos de afeição, amizade e amor. Podemos afirmar que historicamente a afetividade está relacionada às emoções, à motivação, aos sentimentos e às paixões. Sobre a afetividade Pino (2000, p. 128) afirma que:

Os fenômenos afetivos representam a maneira como os acontecimentos repercutem na natureza sensível do ser humano, produzindo nele um elenco de reações matizadas que definem seu modo de ser no mundo. Dentre esses acontecimentos, as atitudes e as reações dos seus semelhantes a seu respeito são, sem sombra de dúvida, os mais importantes, imprimindo às relações humanas um tom de dramaticidade. Assim sendo, parece mais adequado entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam (...). São as relações sociais, com efeito, as que marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações etc.) um sentido afetivo.

O número de definições científicas sobre a emoção é grande, e a afetividade é estudada em diversas áreas do conhecimento como forma de compreender mais a fundo as emoções humanas e a influência que a afetividade exerce em cada indivíduo.

Há diferentes formas de entender a afetividade, vai depender muito do contexto cultural, econômico e social em que o indivíduo está inserido. A interação entre as pessoas que circundam o educando é decisiva para a construção afetiva que a criança vai adquirindo ao longo de seu crescimento. E a escola precisa estar atenta a realidade deste aluno para saber como lidar com a afetividade dentro da sala de aula e no ambiente escolar.

A afetividade é uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, e neste sentido o educador exerce um papel de grande participação e estímulo. O professor é o grande responsável por fortalecer e manter um vínculo afetivo com o seu aluno; é na figura do professor que o educando encontra segurança, incentivo e referência de conhecimento e sabedoria. Sobre isto Cury (apud Siqueira, Silva Neto, 2011, p. 12) salienta que:

A afetividade deve estar presente na práxis do educador [...] os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim, todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por serem humanos.

O docente, portanto, deve ser capaz de servir de modelo para seu aluno, evidenciando uma boa postura nas relações e interações entre a comunidade escolar, respeitando as diferenças e construindo valores em parceria com os seus alunos. É preciso que a prática pedagógica de todo educador esteja pautada na afetividade.

A pedagogia do afeto tem sido constantemente defendida porque nos faz refletir sobre o fato de que o aspecto afetivo também exerce forte influência no cognitivo, pois, quando a criança se sente amada, querida e respeitada pelo professor e por todos aqueles que os rodeiam, ela se sentirá mais forte e com um desejo maior de aprender e conseqüentemente terá sucesso em sua aprendizagem escolar. Isso também era defendido por Piaget (1896-1980) quando afirmava que a afetividade seria a energia que move a ação, enquanto a razão seria o que

possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados, e obter êxito nas ações.

Porém, a criança que tem carência afetiva se sente diminuída e com pouco estímulo de encarar novos desafios, manifesta-se com baixa estima, complexo de inferioridade, e tem certa dificuldade em se relacionar com as outras pessoas. De modo geral, estas crianças apresentam baixo rendimento escolar, além de falta de concentração e pouca disposição para aprender coisas novas.

As manifestações e laços da afetividade refletem no ser humano em todas as fases de sua vida, e pode acarretar resultados positivos ou negativos a depender de suas relações afetivas estabelecidas ao longo de sua existência. Na vida escolar, o professor tem um papel fundamental na afetividade do aluno, e a relação entre ambos pode aproximá-los criando um importante laço.

O educador pode mediar a construção de muitas formas de aprendizagem, e quando ele se dispõe a ensinar é formado uma corrente de elos e afetos que propiciam os elementos necessários para que ocorra a aprendizagem.

Pode-se afirmar, portanto que, no que tange o contexto escolar, o afeto é um grande recurso no auxílio do professor, podendo ser usado em sala de aula para dar segurança ao educando obtendo sua atenção, e conseqüentemente despertando mais interesse e mais participação durante o processo de ensino-aprendizagem.

É através da interação afetiva estabelecida entre colegas e professores que o aluno aprende a desenvolver o diálogo, participação e amizade, além de aprender a lidar com situações-problema e frustrações próprias das relações humanas.

Importante ressaltar que as diferentes situações vivenciadas em sala de aula, produzem uma diversidade de emoções, e sentimentos como: tristeza, alegria, confiança, insegurança, raiva, medo, constrangimento, e todos eles são imprescindíveis para a construção cognitiva do aluno. Neste sentido, a escola é um ambiente que estimula o desenvolvimento do potencial de seus alunos no que se refere tanto aos aspectos sociais quanto cognitivos. A este respeito é importante pensarmos que:

Os sentimentos e emoções produzidos na dinâmica interativa da sala de aula marcaram de maneira significativa a relação dos alunos com o objeto de conhecimento. A intensidade das emoções e sentimentos, agradáveis ou desagradáveis, produzidos nas práticas pedagógicas, possibilita a

aproximação ou afastamento dos alunos com o objeto de conhecimento, levando-os a gostar ou não de aprender e de fazer. Da mesma forma, a maneira como cada professor manifestava a sua relação com o objeto de conhecimento, e com a própria docência, produzia sentimentos que aproximavam ou afastavam os alunos do objeto de conhecimento (TASSONI, 2008, p. 207).

A escola assume um papel social de ajudar a formar integralmente seus alunos na construção de suas relações interpessoais e da sua cidadania como pressuposto para a sua socialização.

Vale salientar, no entanto, que a relação afetiva familiar influencia diretamente na vida escolar dos educandos. Por isto o aluno precisa sentir a participação efetiva e calorosa da sua família e da escola em sua vida. Este é um dos grandes segredos para que aconteça o seu desenvolvimento emocional, social, ético, cultural e cognitivo.

Ao participar da vida escolar do seu filho a família fortalece a autonomia, a segurança e os vínculos afetivos estabelecidos entre a criança e a escola, possibilitando que a criança crie uma relação positiva com os colegas e professores, adquirindo um sentimento de pertencimento junto à sua comunidade escolar e passa a entender que faz parte daquele lugar e que aquele lugar é parte da sua construção enquanto indivíduo social. Neste aspecto é importante refletirmos que:

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social. A escola constitui-se um contexto no qual as crianças investem seu tempo, envolvem-se em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida, por ex.) e aos espaços informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer). Neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança é realizado de uma maneira mais estruturada e pedagógica que no ambiente de casa. A família não é, portanto, o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 304).

No seio familiar o afeto é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, afinal é esta relação estabelecida desde a mais tenra infância que irá estruturar as concepções deste indivíduo sobre o mundo e sobre o outro de tal forma que o modelo adquirido no convívio familiar servirá de referência para o convívio em outros ambientes sociais, inclusive na escola.

Para que as relações familiares ocorram de forma harmoniosa, é imprescindível a constante troca de afetos, sobretudo no que diz respeito às crianças que são mais sensíveis aos sentimentos. A família estruturada zela para que a criança cresça em um ambiente respeitoso, cordial e amoroso. E isto favorecerá a forma que o aluno se relacionará dentro do ambiente escolar e em suas relações além do seio familiar.

A dignidade da pessoa humana está interligada aos aspectos emocionais e afetivos, afinal somos essencialmente seres de afeto, e por sê-lo, precisamos dos vínculos afetivos para construir a nossa própria história e identidade. A carência afetiva influencia negativamente no desenvolvimento, na construção da personalidade e na capacidade de autoestima da criança, refletindo no seu comportamento social.

É preciso entender que a formação escolar de cada educando está estritamente ligada às relações que este tem com o mundo e com a família. E neste sentido, o afeto interfere diretamente na concepção de vida e de mundo que o educando constrói durante a sua trajetória de vida.

A escola em parceria com a família tem o dever de garantir que as crianças cresçam e tornem-se cidadãos de bem, conscientes de seu lugar na sociedade tendo como referencial à sua integralidade, como um ser social e que se desenvolve de maneira indissociável nos aspectos psicológico, social, afetivo, físico e cultural, de forma integral.

Desta forma é importante estarmos atentos ao fato de que a família e a escola são as referências dos primeiros laços afetivos nas relações vivenciadas pelo indivíduo, é possível, portanto, afirmar que quando esses laços são vividos simultaneamente e de modo bem correlacionados entre si, o resultado será ainda melhor no que se refere ao processo de construção da aprendizagem.

Assim, o educando precisa sentir que o afeto de seus pais e de seus professores está efetivamente presente em sua vida escolar e pessoal. E através desta parceria entre escola e família é possível que se garanta o desenvolvimento gradativo e permanente na vida escolar e na formação integral de cada educando.

METODOLOGIA

Neste capítulo, trataremos da metodologia adotada para a realização desta pesquisa. Desta forma, ressaltaremos os caminhos utilizados para referendar as ações de estudo e a metodologia empregada para chegar aos resultados apresentados.

4.1 Aspectos importantes da pesquisa

A metodologia escolhida para desenvolver o estudo apresentado foi de cunho qualitativo, tendo como procedimento a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Nesta perspectiva, foi necessário o levantamento de autores que pudessem ratificar as ideais defendidas neste trabalho, além de observações do objeto de estudo que possibilitassem maior apropriação do tema abordado.

Entende-se que a pesquisa bibliográfica:

É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa de campo:

É o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p.67).

Os dois tipos de pesquisa foram imprescindíveis para a construção ideológica dos aspectos abordados no estudo. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos deu o embasamento teórico para fundamentar os conceitos e ideias acerca da educação infantil, a pesquisa de campo possibilitou um contato maior com o objeto de estudo

através das observações e descrições das ações desenvolvidas na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes.

A pesquisa tendo como abordagem qualitativa surge na perspectiva das Ciências Humanas e Sociais uma vez que as Ciências Exatas eram insuficientes para compreender os fenômenos que transcendiam a lógica. Para Mynayo (2001) a peculiaridade da metodologia da pesquisa qualitativa está justamente em perceber o ser humano como um indivíduo que depende do contexto sociocultural a que pertence, e, portanto, é um ser que se apresenta complexo, inquieto e qualitativo. Sobre isto é importante refletirmos que:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

Nesta perspectiva, optamos pela abordagem qualitativa a qual busca estabelecer uma relação entre o contexto e o sujeito numa constante relação de interdependência, assim, caracterizamos a abordagem qualitativa em:

Parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Nesta abordagem é de extrema relevância entender e refletir sobre a visão de mundo dos sujeitos estudados. Compreender as motivações e vivências para então buscar descrever e analisar os aspectos de relevância para o estudo em questão. Neste cenário todos os envolvidos são de extrema relevância na construção das ideias defendidas no estudo apresentado.

O entendimento dos dados analisados neste estudo só terá sentido quando analisado de modo que se respeite o contexto em que ocorrem de forma dialógica e reflexiva só permitida através da abordagem qualitativa.

4.2 O contexto da pesquisa: a descrição na abordagem qualitativa

A descrição é um importante instrumento para a construção de determinado estudo. É através dela que o pesquisador apresenta um panorama daquilo que se busca representar, estudar e refletir.

A importância da descrição no percurso metodológico está em trazer à tona os detalhes importantes que embasam as ideias defendidas no estudo, afinal, o escopo metodológico da pesquisa qualitativa se respalda, sobretudo, na construção de ideias e conceitos a partir do relato, entrevistas e vivências com o objeto estudado.

No presente trabalho será descrito as ações realizadas como, por exemplo, observação do ambiente de pesquisa, descrição das respostas obtidas nos questionários empregados aos pais/responsáveis e aos professores. Neste sentido, é importante compactuar com a linha de raciocínio seguida por Vieira e Zouain (2005) quando afirmam que a pesquisa qualitativa dá um peso relevante aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles através de diferentes descrições e relatos.

Neste estudo será descrito como se deu a coleta de dados, o plano de análise da pesquisa, dos instrumentos da pesquisa, além da descrição dos sujeitos envolvidos no estudo apresentado.

Vale salientar que na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte da qual os dados serão retirados, o pesquisador por sua vez é o principal instrumento no processo da descrição.

Através da pesquisa de campo foi possível aplicar questionários aos pais e aos professores sobre a visão que eles têm sobre o trabalho desenvolvido na unidade de ensino, foi possível também conhecer as crianças e o ambiente de onde elas vêm. Vale destacar que a intenção da pesquisa de campo não é julgar nem interferir, mas analisar, descrever e entender o contexto que o objeto de estudo está inserido. Desta forma, não há julgamento de valor, mas descrição sobre o que se vê a partir de uma ótica pesquisadora e científica.

4.3 Coleta de dados

A coleta dos dados que respaldam o estudo apresentado se deu de forma gradativa, interativa e dialógica entre todos os envolvidos no processo. Para isso, foi imprescindível seguir alguns passos que facilitaram a coleta e a análise dos dados. No entanto é necessário entendermos que:

Os caminhos que norteiam o conhecimento científico visam à apreensão de processos acima do método, isso é, privilegia-se a informação interpretativa sobre a realidade, que está centrada na construção de dados. Se por um lado tem-se um sujeito que traz indagações de pesquisa a partir de suas concepções de mundo, por outro, o objeto é também um objeto-sujeito que fala e se posiciona conforme o seu contexto histórico-social (MARADINHO, 2009, p.03).

Levando em conta os sujeitos e seu contexto sociocultural, é que houve a coleta de dados que ilustram o referido trabalho. O primeiro passo foi conhecer a instituição no âmbito de sua estrutura física, saber a história da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes no que tange sua fundação, manutenção e dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória. Depois, foi feito um levantamento sobre os profissionais que trabalham na creche e sobre as crianças que frequentam a unidade.

Realizamos ainda uma entrevista com a coordenadora pedagógica, a qual nos apresentou o Projeto Político Pedagógico e fez uma síntese sobre a práxis pedagógica desenvolvida na creche escola.

Este primeiro momento foi de extrema relevância para conhecermos a instituição e suas ideologias, a partir daí pudemos continuar a coleta de dados

O segundo passo foi observar a rotina da creche no período de duas semanas com o intuito de fazer anotações e descrever de que forma as atividades realizadas com as crianças ajudam-nas em sua formação intelectual, social e cultural. Este momento foi muito importante porque fomos motivados a entender a dinâmica da instituição e as relações estabelecidas entre a comunidade escolar.

Ainda neste momento foi possível observar a interação entre funcionários docentes e não docentes bem como o cuidado que eles tinham com as crianças de modo geral, sendo que:

A observação como uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica. Observar significa aplicar atentamente o sentido a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso. Da

observação do cotidiano formulam-se problemas que merecem estudo. A observação constitui-se, portanto, a base das investigações científicas (BARROS, 2000, p.53).

O terceiro passo se deu com a entrega dos questionários aos professores para que eles pudessem responder, levando em consideração sua práxis pedagógica. Neste momento os professores puderam responder às perguntas sem nenhuma imposição ou cobrança. Os docentes ficaram à vontade para expor suas impressões e opiniões.

O quarto passo aconteceu em parceria com os pais. Foi entregue aos mesmos um questionário que pontuava aspectos que salientamos no corpo deste trabalho. Explicamos para os pais\responsáveis que o documento em questão tratava de assuntos relevantes para melhoria do ensino dos alunos daquela instituição e sobre a importância de sabermos a opinião dos pais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes.

É importante salientar que a coleta de dados partiu da realidade e buscou os pressupostos teóricos para o seu embasamento. Este momento foi de análise, descrição, compreensão e relato. Cada momento vivenciado foi relevante para a construção das descrições e das observações.

Sabemos como é complexo inferir sobre uma realidade repleta de especificidade, dinamismo e subjetividade, mas entendemos que o ser humano está sempre em processo de formação e por isso a coleta de dados nos oportuniza a entender melhor o objeto de estudo numa perspectiva reflexiva e dialógica.

O passo seguinte se deu com a análise dos dados coletados e desta forma foi possível observar e descrever como os diferentes segmentos da Unidade Escolar percebem as ações pedagógicas realizadas na creche escola.

4.4 Análise dos dados

A análise dos dados é um importante passo na abordagem qualitativa. Esta fase representa um momento de reflexão sobre todo o material coletado durante o processo de investigação. Por meio desta tarefa analítica é possível catalogar os dados empíricos para através deles poder confirmar ou não o que é defendido no estudo apresentado. Neste sentido podemos afirmar que:

A análise dos dados representa a fase de reflexão crítica ao trabalho investigado, constituindo-se num caminho árduo e de grande responsabilidade, pois é por meio dela que vamos transformar tudo aquilo que nos foi contado, através dos dados empíricos, em interpretações que se sustentam teoricamente. Com isso, não pode perder a perspectiva de que confiança e respeito aos entrevistados são condições indispensáveis para a compreensão do discurso (TEIXEIRA et. al, 2008, p. 36).

Contextualizar os dados coletados numa perspectiva de embasamento teórico exige do pesquisador muito estudo sobre o tema e um olhar cuidadoso sobre tudo que é observado, coletado e analisado, afinal:

A finalidade da análise de dados é organizar, fornecer estruturas e extrair significados dos dados da pesquisa. É uma tarefa desafiadora para os pesquisadores, e se desenvolve em três perspectivas, a primeira relativa ao fato que não existem regras sistemáticas para análise e apresentação dos dados qualitativos. A segunda diz respeito à enorme quantidade de trabalho requerido para organizar e dar sentido ao material narrativo e a última, ou desafio final, de reduzir as informações para fins do relato, sem perder a essência e a riqueza dos originais (Ibid.).

Para que a coleta e análise dos dados aconteçam de forma satisfatória é imprescindível seguir alguns passos organizacionais que devem direcionar o desenvolvimento da pesquisa. Nesta perspectiva é importante salientar que o primeiro passo deste trabalho de análise de dados se deu com a organização dos instrumentos que seriam usados para coletar as informações. Neste momento foi realizada a estruturação do questionário no intuito de que ele pudesse auxiliar no estudo desenvolvido. As perguntas foram elaboradas cuidadosamente tendo como foco o objeto de estudo e a percepção dos sujeitos de pesquisa sobre a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes.

O passo seguinte foi à exploração do material coletado para assim fazer o tratamento de resultados, analisando os questionários, fazendo levantamento a partir das respostas e tabulando-as para melhor visualização.

De posse das respostas dos questionários respondidos pelos pais e professores foi o momento de analisar, comparar, refletir e traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa. Neste momento, ficou evidente o papel do pesquisador, pois:

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. [...] por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas, podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas ou praticada graças a técnicas diferentes (BARDIN, 2011, p.121).

Através das observações do pesquisador foi possível ratificar a ideia de que a socialização e formação integral dos educandos da U.E têm ocorrido de modo significativo dentro de uma perspectiva cidadã e engajada socialmente.

4.5 Descrição dos sujeitos da pesquisa

Para traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa, assim como, conhecer suas ideias e concepções foi aplicado um questionário para dois grupos distintos, sendo o grupo dos professores e dos pais.

Oito professores participaram da pesquisa do segmento de docentes, dos quais todos eram do sexo feminino, com variável de idade entre 31 a 47 anos. Deste grupo, 6 (seis) professores possuem curso superior completo em Pedagogia, e 3 (três) com o curso de Pedagogia em andamento.

As turmas de atuação que estes docentes trabalham variam do grupo 02 ao grupo 05, sendo que cinco professoras ministram aulas nos grupos 02 e 03, uma professora leciona na turma de grupo 04 e duas docentes atuam no grupo 05.

O que mais chamou a atenção no perfil destes sujeitos da pesquisa é que a maioria esmagadora já trabalha com alunos da Educação Infantil acerca de uma década, demonstrando muito conhecimento neste segmento de ensino.

O segundo grupo da pesquisa, o de pais e/ou responsáveis, foi composto por nove sujeitos que constituíram a amostra da pesquisa, sendo todos do sexo feminino, com faixa etária entre 21 a 38 anos. Em relação à escolaridade foi possível constatar que varia bastante entre o Ensino Médio (completo e incompleto) e o Nível Superior (completo e incompleto).

Com o questionário aplicado pudemos observar que todos os responsáveis que participaram da pesquisa possuem apenas uma criança na escola, e pudemos perceber também a ausência da representatividade do pai que muitas vezes delega às mães a incumbência de cuidar da educação dos filhos.

Conhecer os sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento é de extrema relevância para que as ações pedagógicas estejam relacionadas com expectativas e anseios da comunidade escolar. A aprendizagem significativa se dá

quando todos os atores trabalham juntos e em parceria na busca de uma educação de qualidade.

4.6 Descrição dos instrumentos da pesquisa

A realização da coleta de dados se deu com a aplicação de questionários contendo um conjunto de questões previamente elaboradas no intuito de fazer um levantamento de informações para enriquecer o estudo apresentado.

O questionário é um importante instrumento para a pesquisa científica porque nos permite analisar os dados de forma mais objetiva e comparativa. Com este instrumento pudemos traçar o perfil dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos educandos da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes.

Para a elaboração do questionário foi imprescindível ficar atento à clareza, a estrutura lógica e a facilidade para o preenchimento evitando perguntas que descem margem a dúvidas.

Neste estudo os questionários foram organizados com 10 questões em média. Em relação aos tipos de questões, foram elaboradas algumas no modo objetivo e outras constituídas de questões abertas. Nas objetivas foram dadas três alternativas para que o indivíduo pudesse escolher, sendo: SIM, NÃO, ÀS VEZES.

As questões abertas foram direcionadas para os docentes no intuito de que eles nos dessem subsídios para responder ao problema levantado no trabalho que é: De que forma os docentes da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes tem contribuído para a formação cidadã e uma melhora educacional de seus educandos?

Os caminhos que norteiam uma pesquisa se refletem nos instrumentos escolhidos para interpretar as informações que transmitem determinada realidade. Sabemos que a construção das impressões e análises traz consigo uma carga ideológica e pessoal de cada sujeito participante do processo. Através do questionário temos uma ideia concreta do que os sujeitos da pesquisa sentem e pensam sobre a instituição escolar em questão, isso fortalece ainda mais o estudo por ora apresentado.

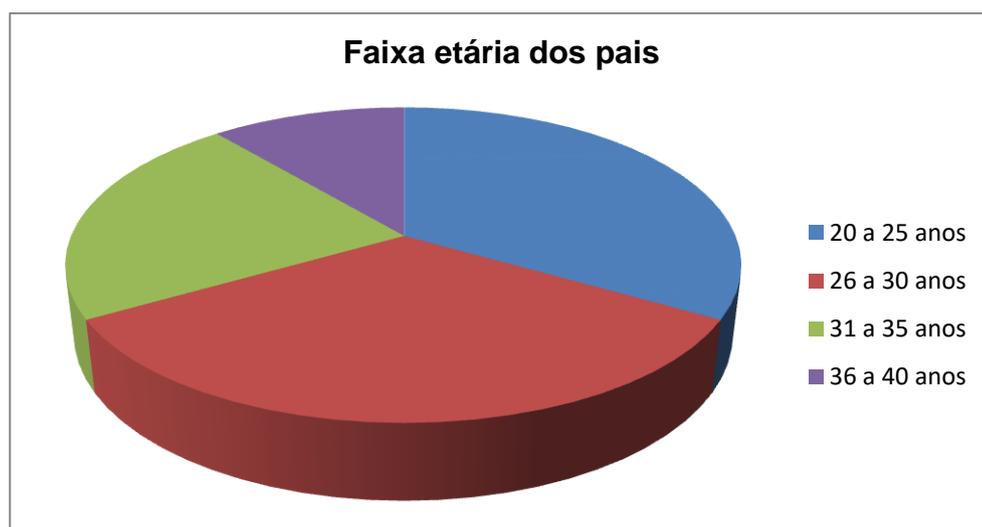
ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Organização das análises dos dados coletados

Este capítulo tem o objetivo de descrever e analisar os dados obtidos na aplicação do questionário com os pais e professores, no intuito de conhecermos um pouco mais sobre a comunidade escolar e sua percepção a respeito da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes.

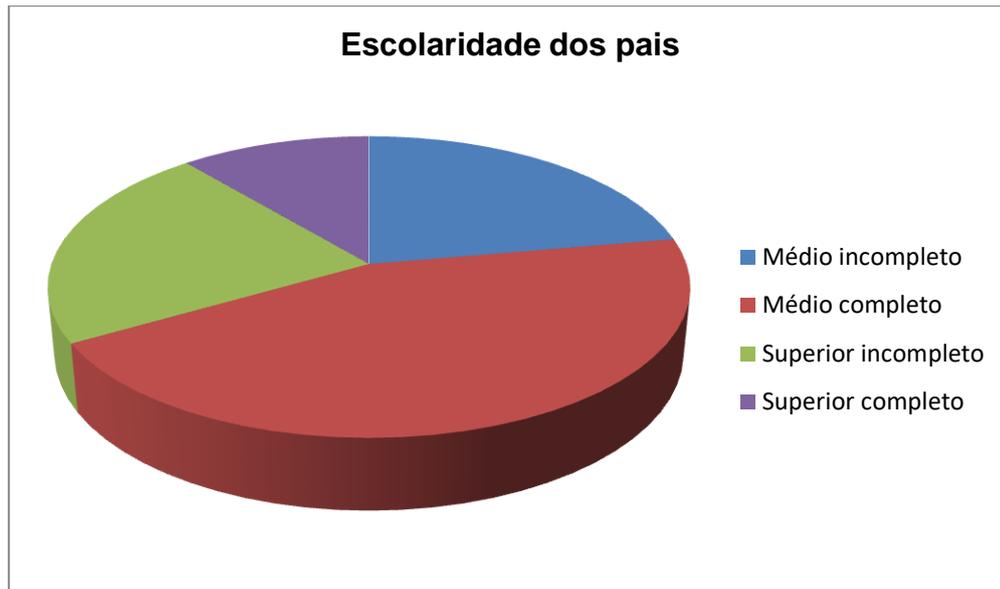
Nesta perspectiva, faz-se necessário descrever os dados obtidos a partir das respostas coletadas. Utilizaremos gráficos para ilustrar as respostas. Trataremos primeiro dos dados que se referem às perguntas feitas aos pais selecionados, as quais foram divididas em dois blocos sendo o primeiro sobre o perfil dos entrevistados e o segundo a respeito da sua percepção sobre a Unidade Escolar.

A questão “a” perguntava o nome do sujeito da pesquisa e a resposta era opcional, desta forma não vamos expor os nomes a fim de preservar a identidade. A questão “b” começa a traçar o perfil dos sujeitos perguntando sobre a idade, neste quesito foi possível traçarmos a faixa etária dos pais/responsáveis pelos alunos da instituição. Como podemos verificar, a idade dos pais varia dos 20 a 40 anos.



Elaborado pelo autor/2019

A questão “c” nos dá uma dimensão da escolaridade dos pais dos alunos da instituição pesquisada. Importante observar o grau de instrução dos pais representado na tabela abaixo:



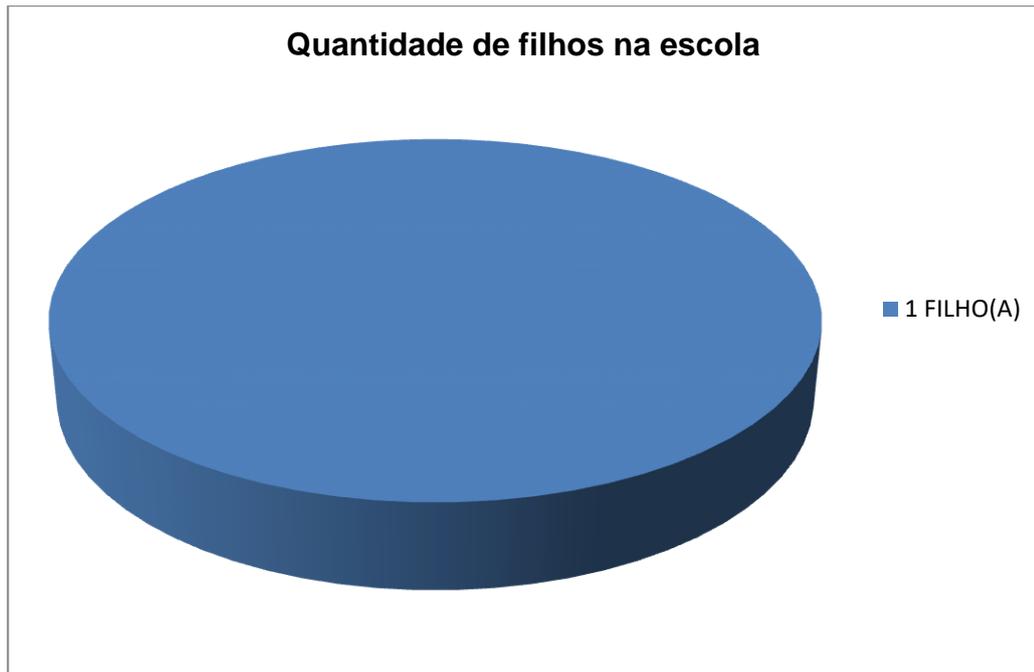
Elaborado pelo autor/2019

A escola precisa conhecer a realidade da criança e a formação escolar dos pais é um importante indício para entender as referências e estímulos recebidos no seio familiar, afinal:

A escola precisa tornar-se sensível as histórias familiares de seus alunos, para de forma responsável, juntamente com os pais, buscar a resolução para as dificuldades cotidianas e, assim, propiciar a criança a conquista de sua autoconfiança, que lhe oportunizará, o sucesso social no futuro (FREDDO, 2004, p.171).

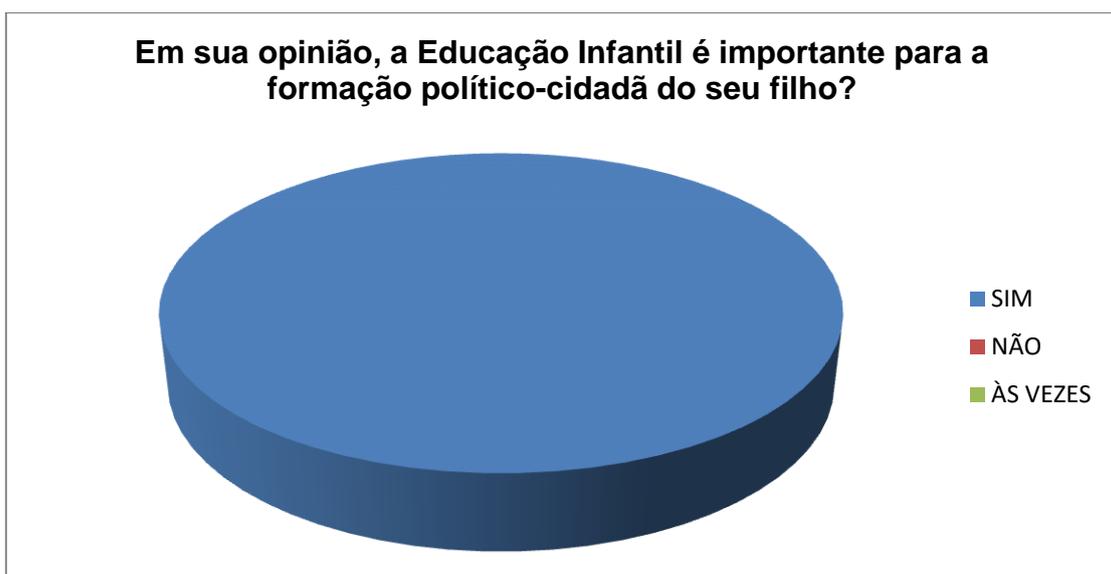
Entendemos que a escolaridade dos pais influencia muito na vida escolar dos seus filhos, afinal, a criança ao ter um referencial em casa é estimulada a estudar, é constantemente desafiada e motivada a buscar conhecer coisas novas.

A questão “d” trata da quantidade de filhos matriculados na escola, 100% dos pais que participaram da pesquisa só têm um filho na escola. Basta olharmos a imagem a seguir para confirmarmos esta informação:



Elaborado pelo autor/2019

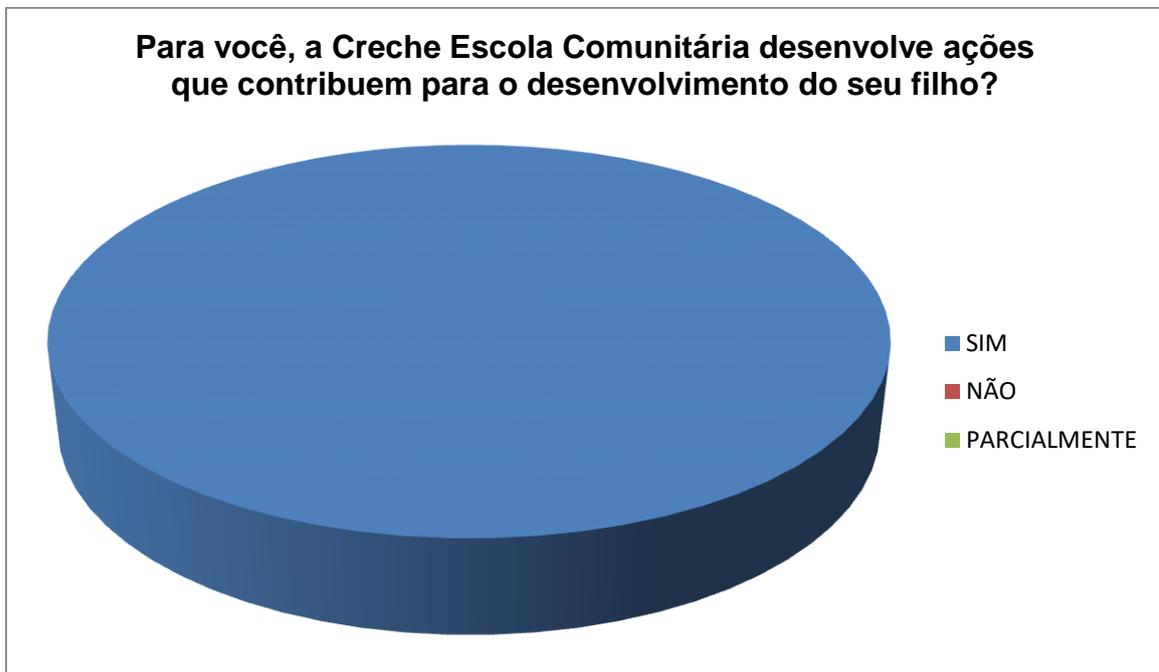
De posse dessas informações que traçaram o perfil dos sujeitos da pesquisa avançamos para as questões que envolviam as opiniões dos indivíduos sobre a instituição estudada. A questão “e”, portanto, quer saber o que os pais acham sobre a importância da Educação Infantil para formação integral do seu filho. A imagem ilustra que os pais reconhecem esta fase da vida como imprescindível para o desenvolvimento pleno do educando:



Elaborado pelo autor/2019

Em uma pergunta mais específica sobre a opinião dos pais sobre a Instituição de Ensino pesquisada, é notório que todos os sujeitos da amostragem acreditam

que a Creche Escola Miguel Fróes tem contribuído significativamente na construção de conhecimentos dos educandos. Observemos a imagem:

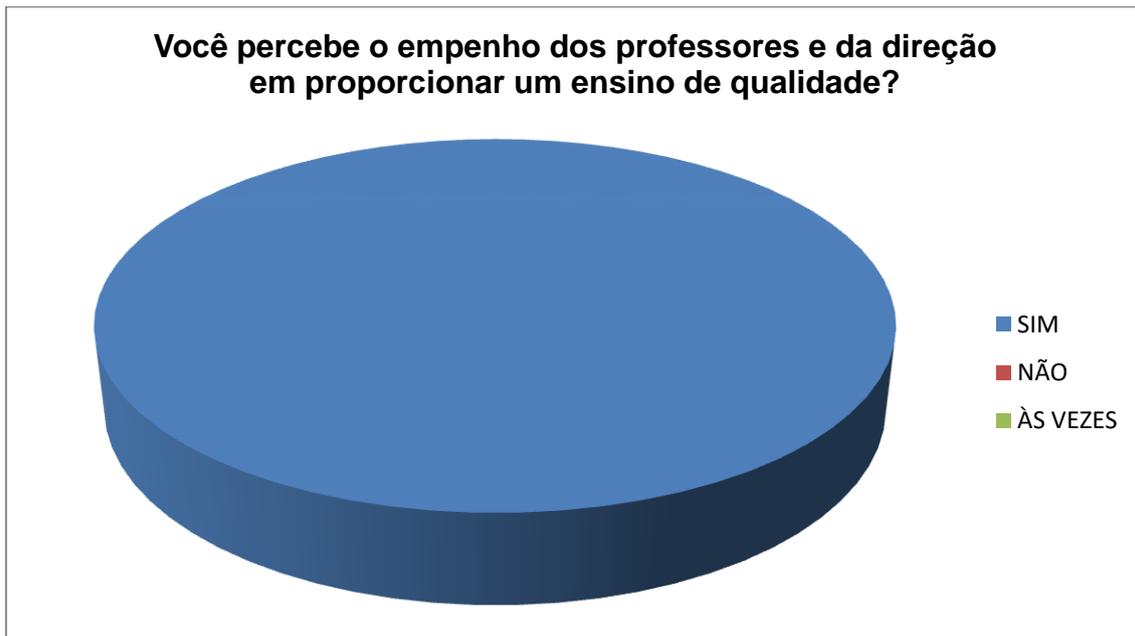


Elaborado pelo autor/2019

Com a imagem fica evidente que os pais reconhecem a importância do meio social para a Educação e o papel que a Creche Escola Comunitária Miguel Fróes para a vida e desenvolvimento de cada criança. Assim refletimos sobre este espaço de aprendizagem, pois:

O espaço na Educação Infantil é constituído como uma estrutura de oportunidades, é uma condição que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal e o desenvolvimento das atividades instrutivas. Será estimulante ou pelo contrário, limitante em função do nível de congruência em relação aos objetivos e dinâmica geral das atividades que forem colocadas em prática ou em relação aos métodos educacionais e instrutivos que caracterizam o nosso estilo de trabalho. O ambiente de aula, enquanto contexto de aprendizagem, constitui uma rede de estruturas espaciais, de linguagens, de instrumentos e, finalmente, de possibilidades ou limitações para o desenvolvimento das atividades formadoras (FORNEIRO apud ZABALZA, 1998, p. 236).

Ainda na perspectiva de análise do ensino da Instituição pesquisada perguntamos aos pais sobre a atuação e empenho dos professores na Educação de seus filhos, podemos observar que por unanimidade os pais atestam que os docentes da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes têm contribuído significativamente para o crescimento de cada educando.

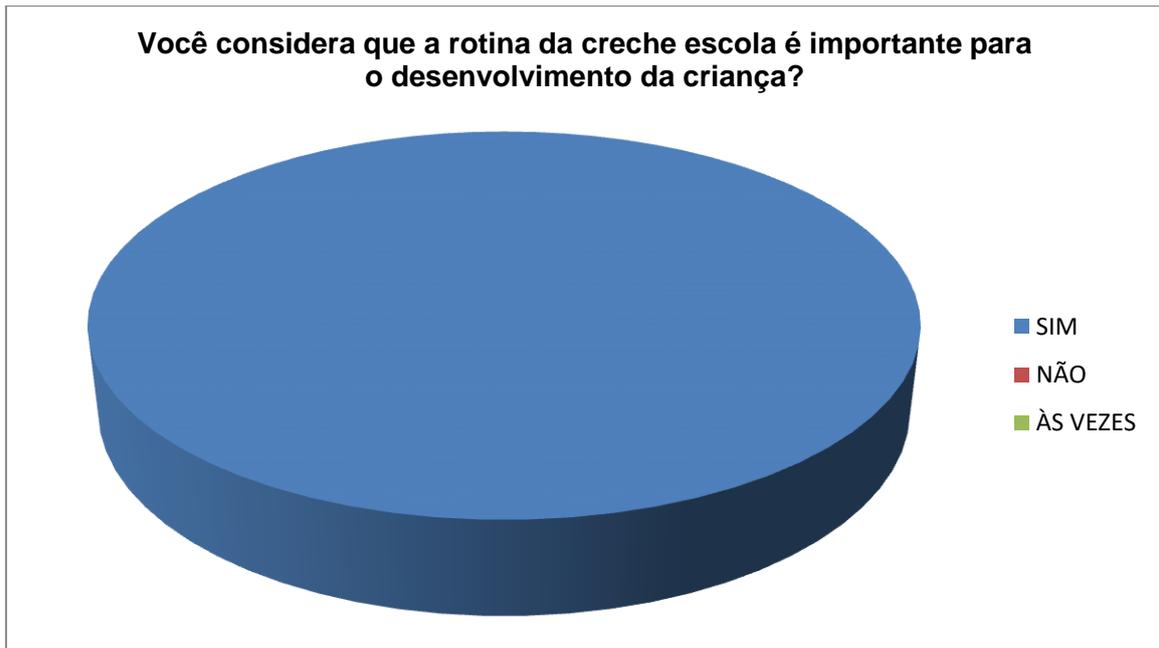


Elaborado pelo autor/2019

Reconhecer o trabalho do profissional docente é um passo importante na construção da aprendizagem significativa de crianças da Educação Infantil e pelo que podemos constatar, os pais têm noção dessa importância. Saliento que a prática pedagógica:

É entendida como uma prática social, complexa, acontece em diferentes espaços/tempos da escola, no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos, e de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor, aluno, conhecimento. Nela estão imbricados, simultaneamente, elementos particulares e gerais. Os aspectos particulares dizem respeito: ao docente – sua experiência, sua corporeidade, sua formação, condições de trabalho e escolhas profissionais; aos demais profissionais da escola, suas experiências e formação e também, suas ações segundo o posto profissional que ocupam; ao discente - sua idade, corporeidade e sua condição sociocultural; ao currículo, ao projeto político pedagógico da escola; ao espaço escolar – suas condições materiais e organização; à comunidade em que a escola se insere e as condições locais (CALDEIRA , 2010, p. 21).

No que tange a rotina estabelecida na Unidade de Ensino pesquisada os pais mais uma vez demonstraram que concordam e aprovam com as ações desenvolvidas pela Instituição. Vejamos o que nos revela a imagem:



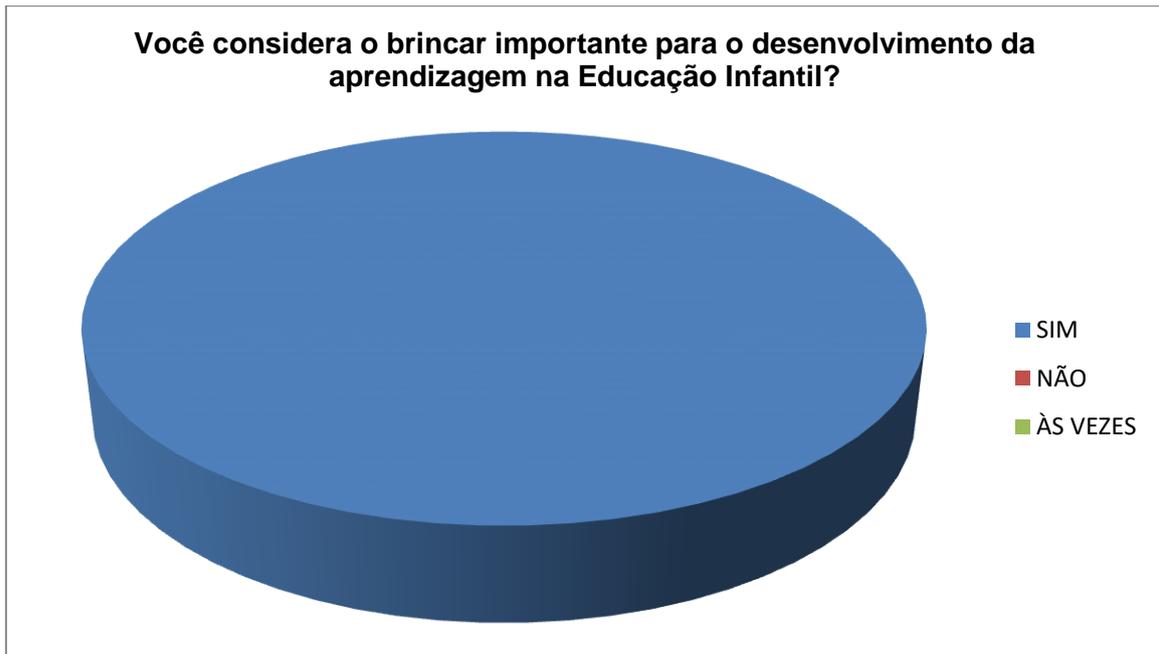
Elaborado pelo autor/2019

A rotina na educação infantil é de extrema relevância para a construção das habilidades e não deve ser vista apenas como um processo mecânico a ser seguido pelo educador, mas como um instrumento que serve para dar segurança, estabilidade e confiança às crianças, tornando-se assim uma grande ferramenta pedagógica para o professor.

Na rotina diária é importante salientar o momento do brincar como imprescindível nas ações pedagógicas desenvolvidas pelo docente e pela escola de modo geral, por isso, é relevante salientar que:

O brincar é um dos pilares da constituição de culturas da infância, compreendidas como significações e formas de ação social específicas que estruturam as relações das crianças entre si, bem como os modos pelos quais interpretam, representam e agem sobre o mundo (BORBA, 2006, p.39).

No próximo gráfico, podemos verificar que os pais entendem a relevância do brincar para o desenvolvimento da aprendizagem dos seus filhos. Observemos:



Elaborado pelo autor/2019

O brincar desenvolve a autonomia, a autoestima e a percepção corporal, elementos imprescindíveis para o desenvolvimento pueril. Sabemos, portanto, que a brincadeira favorece a socialização, as relações de confiança e fortalece os laços afetivos. Desenvolve a imaginação, porque no faz de conta, cada um pode ir além das convenções estabelecidas e criar seu próprio mundo. Brincando a criança resolve conflitos internos, pois, representa situações que tem significado em seu cotidiano. Desta forma pode-se afirmar que:

A conduta de viver de modo lúdico situações do cotidiano amplia as oportunidades não só de compreensão das próprias experiências como também de processo do pensamento. A criança se apoia na imaginação para reproduzir recordações ligadas aos momentos em que toma banho, dorme, passeia. Quanto mais ela puder brincar, refazendo diferentemente o seu dia-a-dia, melhor entenderá o significado dessas experiências e maiores condições de progresso o seu pensamento alcançará (SEBER, 1997, p. 55).

Neste segundo momento trataremos dos dados obtidos através do segmento dos professores. As perguntas seguem a mesma lógica daquelas feitas aos pais, ou seja, inicialmente nos focamos em traçar o perfil dos docentes e na sequência tratamos da atuação destes profissionais na Educação Infantil e mais especificamente na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes.

A faixa etária dos professores pesquisados vai de 30 a 50 anos como podemos comprovar através do próximo gráfico:

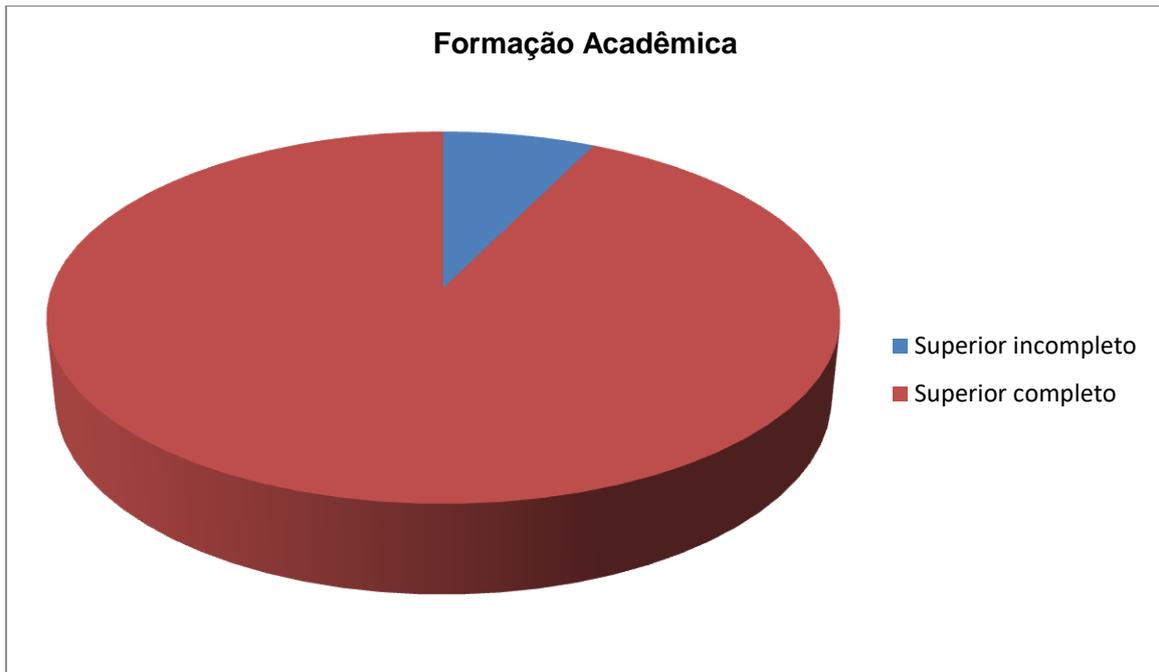


Elaborado pelo autor - 2019

A pergunta seguinte tratou da formação acadêmica dos docentes, neste item foi possível perceber que a maioria dos profissionais possui nível superior completo e uma parcela menor está cursando. Isso significa que temos cada vez mais docentes capacitados para estar em sala de aula, o que transforma a realidade pedagógica e conseqüentemente a identidade profissional, afinal:

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilite permanentemente irem construindo seus saberes e fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários para a compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 1999, p. 18).

No gráfico a seguir, percebemos o panorama sobre a formação acadêmica dos docentes pesquisados:



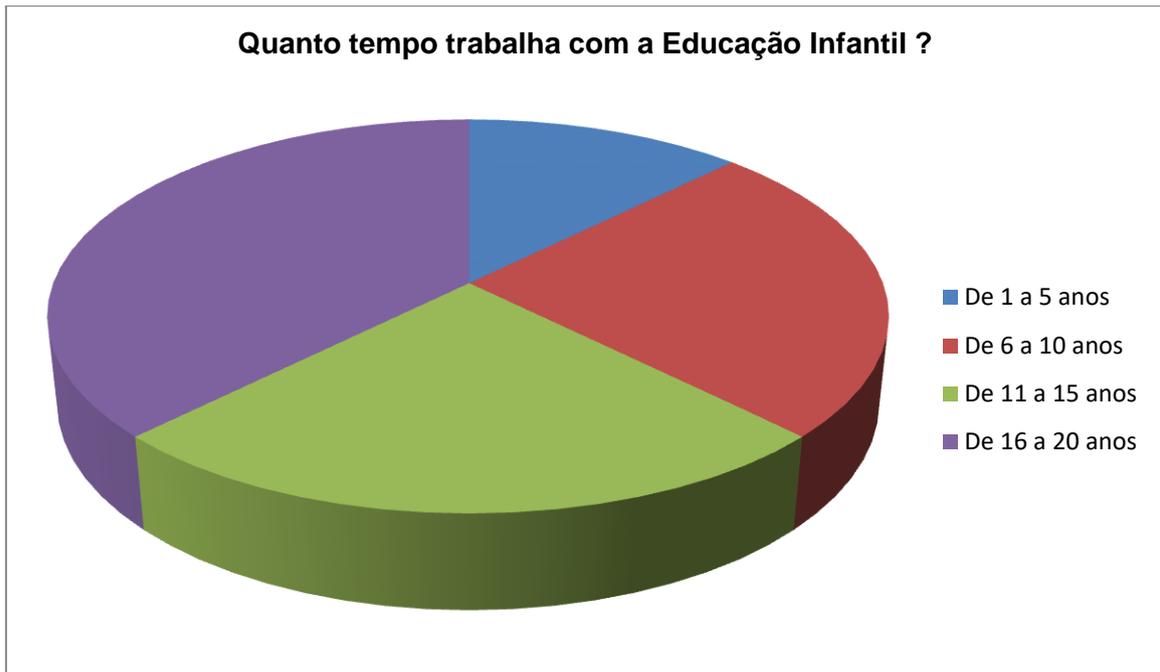
Elaborado pelo autor/2019

Em se tratando do tempo de atuação na Educação Infantil é perceptível que os profissionais pesquisados têm grande experiência com a regência de sala de aula, sobretudo, no que tange a Educação Infantil. A maioria dos sujeitos da pesquisa tem de 16 a 20 anos de experiência lecionando para crianças de até cinco anos de idade.

A experiência do professor em sala de aula é um importante passo para a construção de uma educação de qualidade, afinal, é através da prática cotidiana, da vivência de situações diárias que amadurecem a prática docente, afinal:

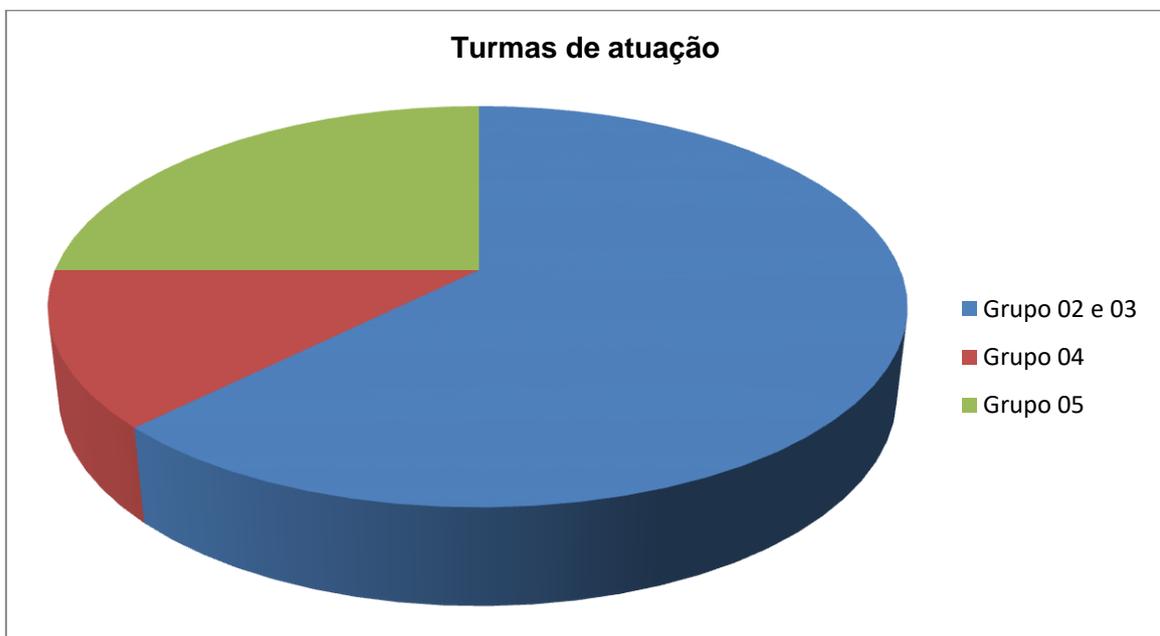
O saber pedagógico é o saber que o professor constrói no cotidiano de seu trabalho e que fundamenta sua ação docente, ou seja, é o saber que possibilita ao professor interagir com seus alunos, na sala de aula, no contexto da escola onde atua. A prática docente é, simultaneamente, expressão desse saber pedagógico construído e fonte de seu desenvolvimento (AZZI, 2005, p.43).

O gráfico a seguir ilustra bem que os docentes pesquisados possuem ampla experiência com a Educação Infantil:



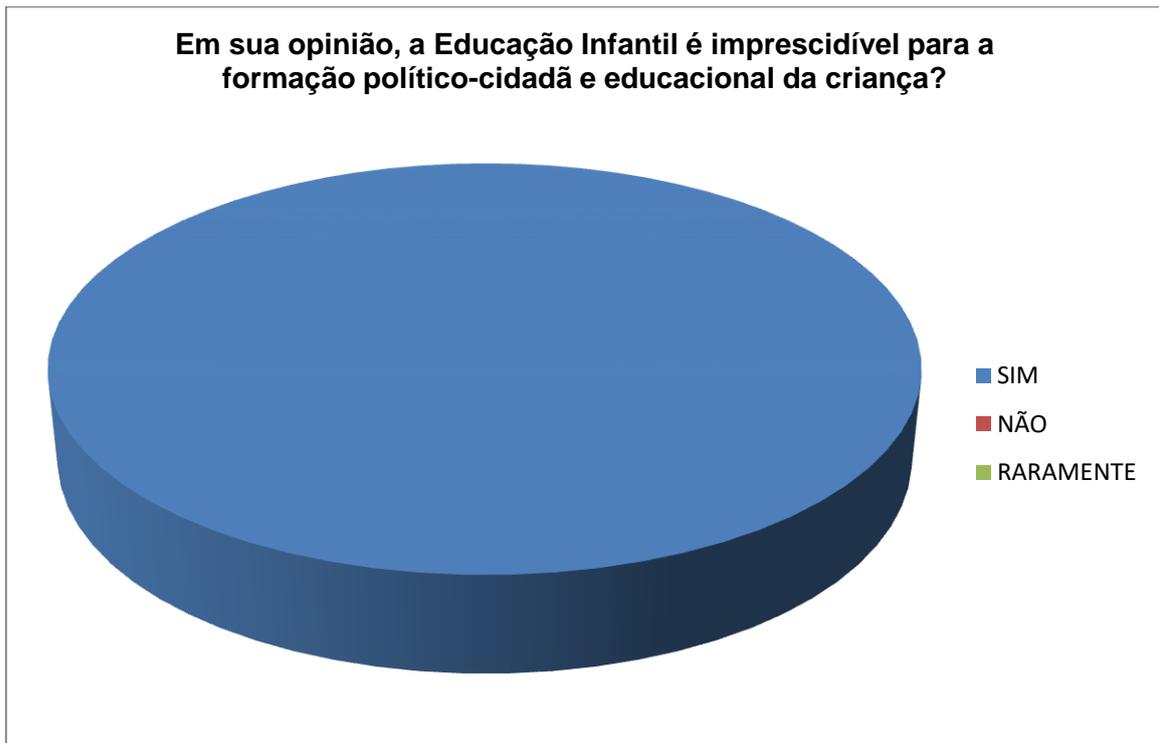
Elaborado pelo autor/2019

As turmas de atuação dos docentes pesquisados vão desde o Grupo 02 ao Grupo 05, como podemos observar na imagem:



Elaborado pelo autor/2019

Na pergunta seguinte pode-se comprovar que os docentes reconhecem a Educação Infantil como uma etapa importante na formação político-cidadã e educacional dos educandos.

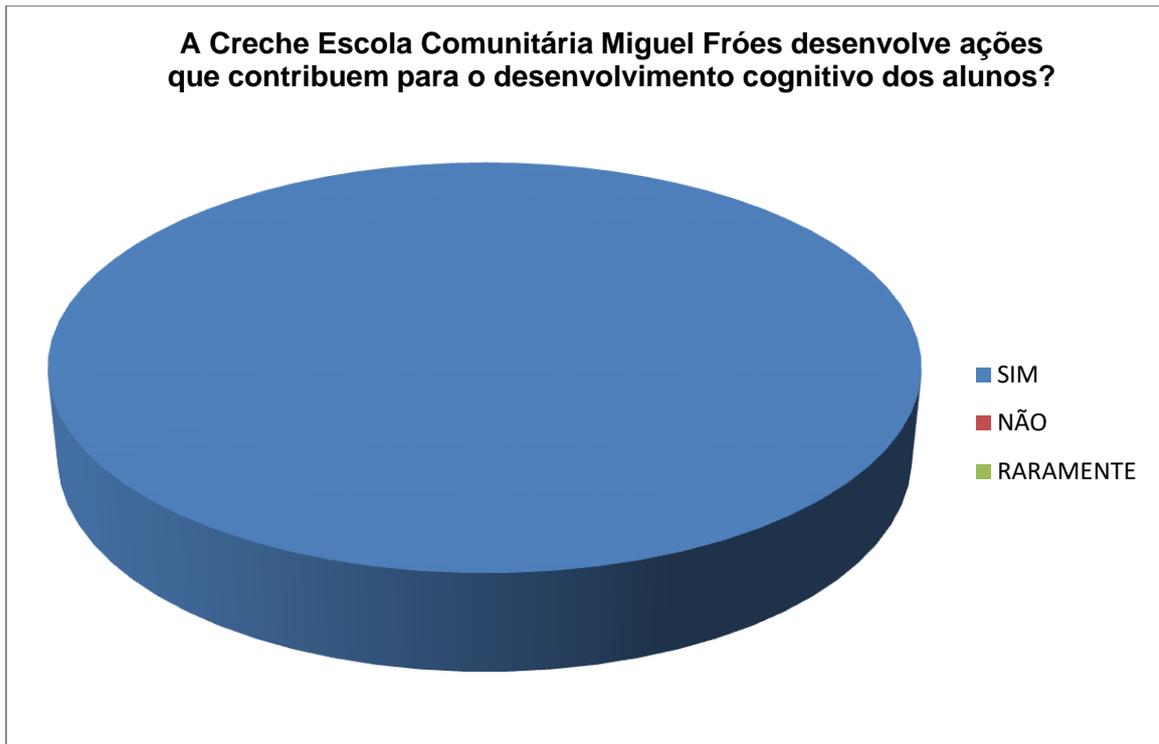


Elaborado pelo autor/2019

Ante o exposto podemos observar que a concepção do educar deve ser ampla, fundamentada e respaldada em princípios que prezem a formação integral do educando numa perspectiva que abranja a formação político-cidadã. Neste sentido, educar significa:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (RCNEI, 1998, p 23).

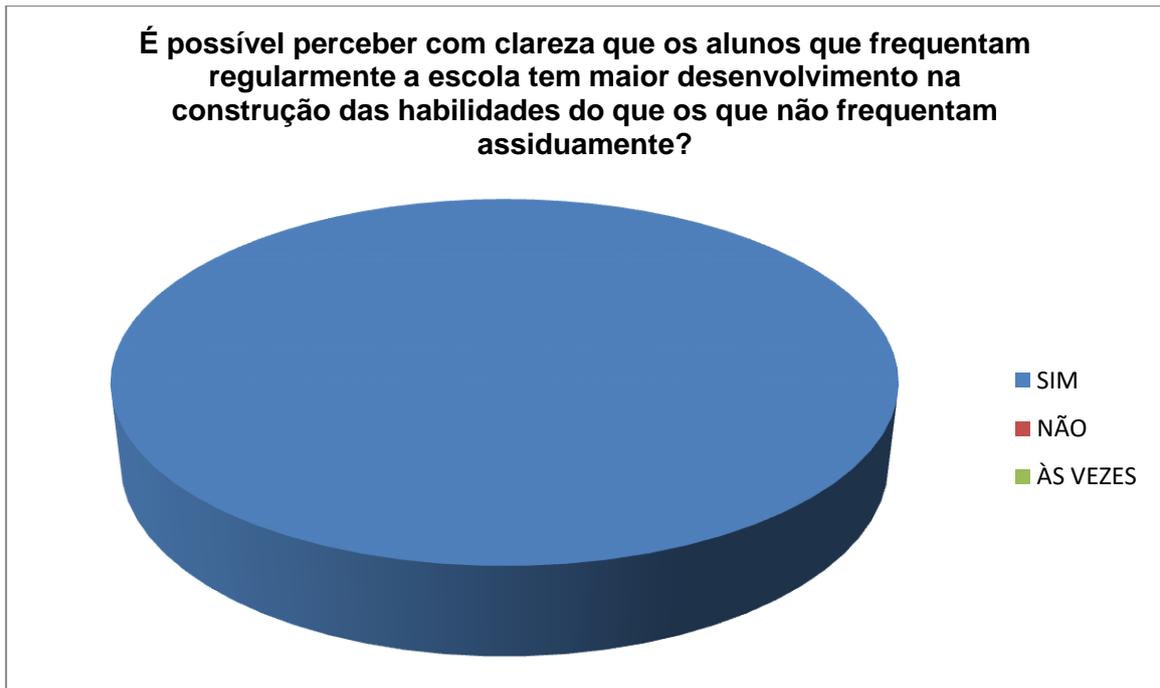
A pergunta a seguir quer saber se os docentes reconhecem as contribuições das ações desenvolvidas na Creche Escola Comunitária para o crescimento cognitivo dos alunos. Como podemos comprovar através da figura, os sujeitos pesquisados em sua totalidade, atestam que a Creche Escola consegue através de suas ações atender as expectativas no que diz respeito às contribuições para o crescimento intelectual e educacional dos discentes.



Elaborado pelo autor/2019

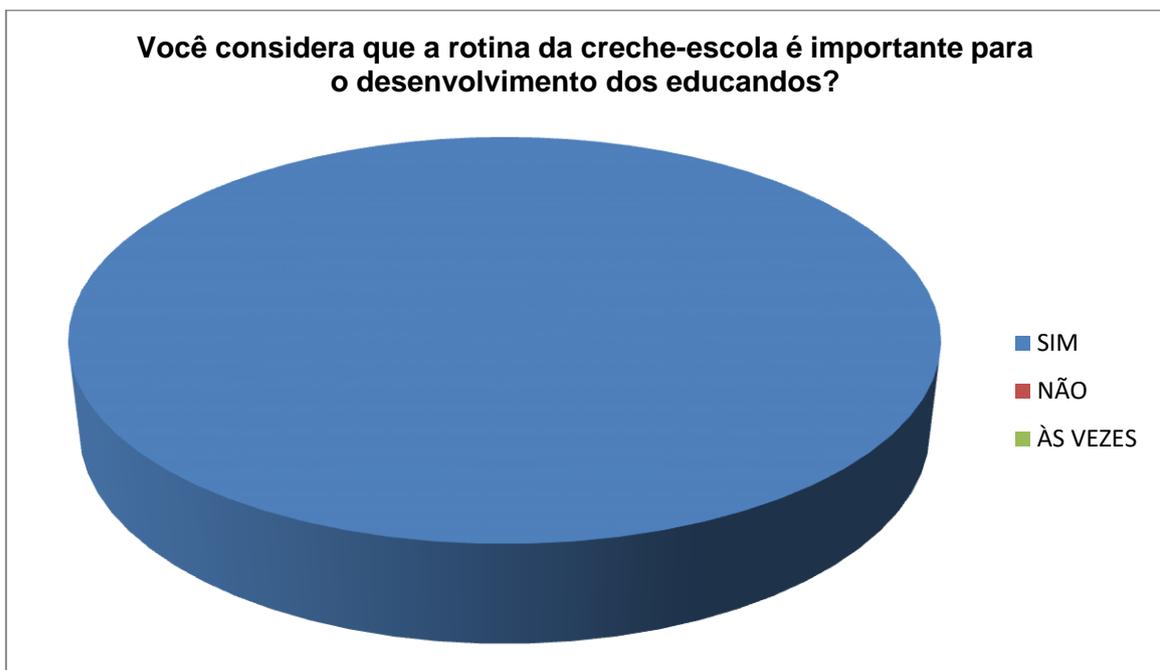
Na sequência das perguntas, os professores ratificaram a importância da assiduidade dos educandos nas aulas, o que permite a construção gradativa das competências e habilidades previstas para aquele momento educacional. Sabemos que quando a criança não é assídua na escola seu desenvolvimento é comprometido porque não acompanha o rendimento da turma.

O gráfico a seguir comprova que todos os professores pesquisados compreendem que a frequência regular dos educandos na Educação Infantil reflete positivamente no processo de aprendizagem, ao passo que os alunos infrequentes não conseguem o mesmo avanço daquele observado nos alunos assíduos.



Elaborado pelo autor/2019

Na pergunta que trata da importância da rotina da creche-escola para o desenvolvimento dos educandos, podemos verificar que os docentes consideram a rotina como um importante elemento na vida escolar dos alunos da Educação Infantil. A imagem abaixo comprova esta afirmativa:

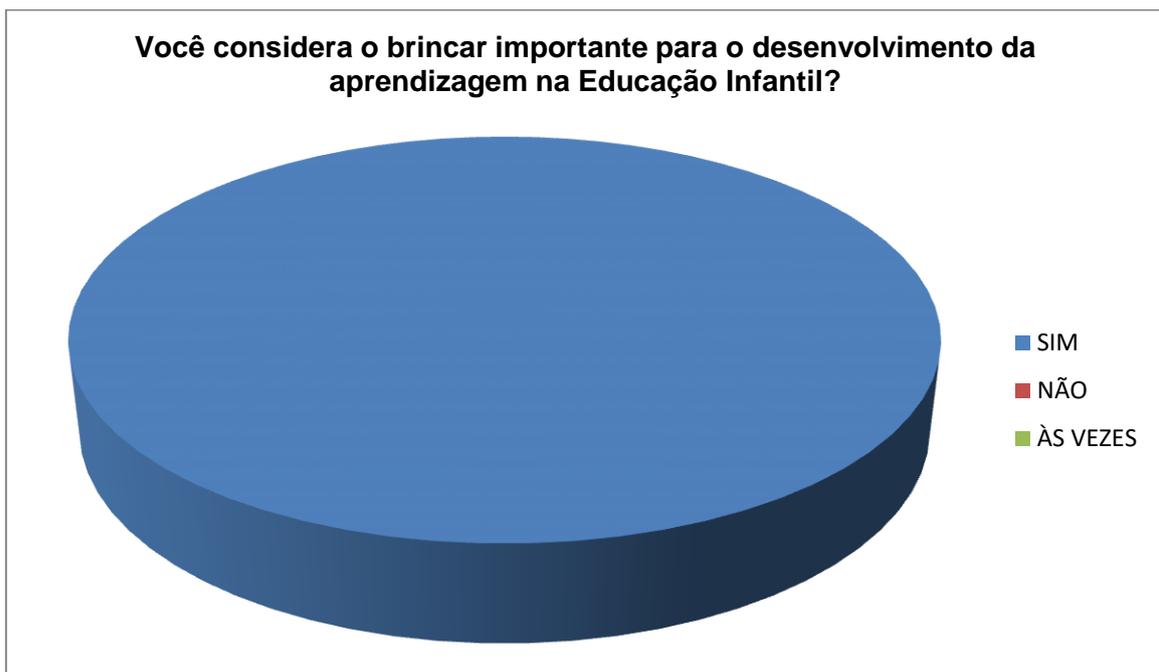


Elaborado pelo autor/2019

As rotinas são importantes para as crianças se adaptarem às novas regras, por isso, necessitam de uma rotina organizada em situações de cuidar e de educar que atente às necessidades infantis garantindo o direito das crianças a se desenvolverem como seres plenos, pois, de acordo com Barbosa:

As rotinas que estão sempre presentes nas propostas pedagógicas e nas práticas das instituições de educação infantil tornam-se um elemento indiscutível por estarem profundamente ligadas a uma tradição social e educacional, não fazendo, assim, parte das discussões pedagógicas, das teorizações da educação infantil e de uma tomada consciente de decisão do educador ou da equipe de trabalho das instituições de educação e cuidados das crianças pequenas (2006, p. 116).

Dentro desta rotina é relevante inserir o brincar. A pergunta seguinte quis saber se os professores consideram o brincar um elemento importante para o desenvolvimento da aprendizagem da Educação Infantil. Podemos verificar que todos os docentes pesquisados acreditam no brincar como ferramenta imprescindível dentro do processo de aprendizagem da Educação Infantil. Vejamos:



Elaborado pelo autor - 2019

Vale frisar que em relação as brincadeiras que:

Os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõe (BRASIL, 1999, p. 28).

Além disso, é importante salientar que:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

Ante o exposto foi relevante saber se os professores utilizam atividades lúdicas em sua práxis pedagógica, assim, foi pertinente a pergunta que questiona se eles usam recursos lúdicos em suas aulas.



Elaborado pelo autor - 2019

A imagem revela que todos os docentes que participaram da pesquisa afirmam que adotam a ludicidade em suas atividades docentes. Afinal:

A tarefa do docente consiste em desenvolver não uma única capacidade de pensar, mas muitas capacidades particulares de pensar em campos diferentes; não em reforçar a nossa capacidade geral de prestar atenção, mas em desenvolver diferentes faculdades de concentrar a atenção sobre diferentes matérias (VIGOTSKI, 2008, p. 108).

Acreditamos que esse questionário nos proporcionou ter uma ideia sobre a importância da ludicidade no cotidiano e seus benefícios para o processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é a etapa primordial na vida escolar de todo indivíduo e por isso necessita de uma atenção especial no que tange os cuidados e ensino dispensados aos pequenos. A creche é um espaço importante para a socialização da criança com outras pessoas. Neste ambiente de descobertas e aprendizagens é que o aluno desperta o senso de responsabilidade, curiosidade e afeição. A Lei de Diretrizes e Bases para Educação reforça esta concepção quando afirma que:

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB/9394/96).

O estudo aqui apresentado buscou refletir sobre como acontece o processo de socialização dos educandos da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes, e de que maneira esta instituição tem contribuído para a formação integral de seus alunos.

Neste momento de pesquisa foi possível ratificar a concepção de que a creche é um ambiente no qual a criança é estimulada a desenvolver diferentes competências e habilidades através da troca de saberes entre seus pares.

Entende-se, portanto, que a criança deve ser vista e valorizada como um ser dotado potencialidades que precisam ser estimuladas, sempre respeitando o outro, aprendendo a conviver com as diferenças, tendo empatia por seus pares, afinal:

Conviver demanda reciprocidade, solidariedade, respeito ao próximo e, acima de tudo, generosidade. É um péssimo cidadão aquele que não consegue ser generoso ao ponto de limitar, minimamente que seja, seus próprios interesses diante de interesses coletivos (FERREIRA, 1993, p.220).

Neste viés, pudemos observar que esses princípios morais são trabalhados na Creche Escola Comunitária Miguel Fróes, a qual além de acolher as crianças para que os pais possam trabalhar, também auxilia na formação integral dos seus meninos e meninas da educação infantil.

É importante ressaltar que a Unidade Escolar estudada defende em suas ações pedagógicas que estabelecer laços e construir uma relação interpessoal pautada no respeito e na diversidade é um desafio da educação contemporânea. E a

Creche Escola Comunitária Miguel Fróes tem buscado ao longo do seu processo de ensino dar mais significado ao propósito da Educação Infantil, afinal:

Educação Infantil significa a convicção de que novos tempos podem ser pensados para a sociedade; desenvolvendo e realizando pessoas mais completas, seres mais íntegros que saibam exercer seus papéis enquanto ser pessoa, ser social, ser histórico, ser cultural, novos tempos em que o ser humano possa viver a plenitude de todas as etapas de sua vida, realizando-se e tendo a plenitude de todas as etapas de sua vida, realizando-se e tendo uma atividade intensa, uma vivência clara do que seja ser criança e viver a infância (ANGOTTI, 2008 p. 26).

A tomada de consciência desses novos tempos citados por Angotti que estamos vivenciando, com os avanços e mudanças no cenário sociocultural, configura uma exigência da Educação Infantil pautada no compromisso, integração e participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Levando em consideração estes novos tempos é que salientamos que o papel do docente exige uma articulação pertinente no entendimento do ser pueril como um ser em desenvolvimento e que necessita de cuidados específicos e direcionados no intuito de favorecer a socialização e a formação integral em suas diferentes perspectivas.

O saber estimulado na Educação Infantil deve ser capaz de fomentar a criticidade e a reflexão através de atividades lúdicas e significativas que promovam a interação, participação. Desta forma, educar significa, portanto:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p.23).

A escola deve, portanto, propor um educar que priorize o desenvolvimento íntegro e integral de seus educandos, para que eles possam ser capazes de interagir e participar ativamente da sua construção pessoal e identitária ampliando questões que possam favorecer a sua cidadania.

Ficou evidente durante a pesquisa que os professores da U.E tem buscado mediar a interação social que acontece durante todo o dia dentro da instituição. Afinal, são nas situações cotidianas de convivência que a criança vai estabelecendo

laços, solucionando problemas e aprendendo a conviver em grupo e com as diferenças. Sobre o isso o RCNEI nos afirma que:

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar os conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente. As capacidades de interação, porém, são também desenvolvidas quando as crianças podem ficar sozinhas, quando elaboram suas descobertas e sentimentos e constroem um sentido de propriedade para as ações e pensamentos já compartilhados com outras crianças e com os adultos, o que vai potencializar novas interações (BRASIL, 1998, p. 31).

De fato, o papel do professor na educação infantil é de extrema relevância sobretudo nesta mediação das relações que os pequenos passam a ter com seus coleguinhas, consigo mesmo e com os adultos que trabalham na escola e não mais apenas só com a família.

Educar é possibilitar diálogos que viabilizam maior socialização e reflexão sobre o contexto a qual estamos inseridos. Freire (2008, p.22), aponta que somos “seres históricos e inacabados” desta forma, educar deve ter o propósito de proporcionar ao outro a oportunidade de se reconstruir e se refazer dentro da sociedade. Entendemos que este é um processo de redescoberta interior para interferir ativamente sobre o mundo e sobre si mesmo.

A ação de educar inexistente quando nos prendemos ao ensino técnico transmissivo sem construção conjunta e gradativa. Educar transcende o modo conteudista e desprovido de significado, para além disso o ofício de educar deve entrelaçar saberes, habilidades e competências no intuito de oferecer à criança uma condição ética de estar no mundo e fazer parte dele.

Pudemos observar através da coleta de dados que a comunidade escolar legitima as ações da escola como sendo essenciais para o desenvolvimento dos educandos em diferentes perspectivas e compreende que a formação integral das

crianças está atrelada ao contexto sociocultural, afetivo e político a qual está inserida, afinal sabemos que:

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quando da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (BRASIL, 1998, p.24).

O estudo em questão permitiu observar e refletir sobre a importância das relações estabelecidas no processo educativo da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes. Ficou evidente durante as observações que é na coletividade que o indivíduo se concerne como pessoa e como cidadã. Cada atividade desenvolvida na instituição mostrou que a U.E tem buscado ao máximo melhorar a realidade dos seus educandos.

Os profissionais e os pais foram imprescindíveis para que a pesquisa revelasse as principais características do grupo, bem como suas fragilidades e acertos contínuos na prática pedagógica.

Por ser um tema complexo e amplo, não foi possível esgotar todos os aspectos subjacentes ao tema e problemas destacados, o que não era mesmo a nossa pretensão. O que investigamos, no estudo, foi fundamental para nos incentivar a novas buscas e a consecução dos objetivos propostos tendo sempre em vista que o foco principal é a aprendizagem dos alunos.

O estudo aqui apresentado não esgota as possibilidades de conhecer mais a fundo a realidade da Creche Escola Comunitária Miguel Fróes, pelo contrário, nos estimula a mergulhar mais fundo nas motivações, sonhos e ideias que permeiam esta instituição. Por ora, ficaremos com os resultados das observações e dos dados que nos apontaram que as atividades desenvolvidas nesta unidade, bem como o comprometimento de todos os profissionais, são fatores preponderantes para a socialização e formação integral dos seus educandos.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, K. A. **O Espaço da Creche: que lugar é este?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t073.pdf> acesso em 10\10\2017.
- AMARAL, V. L. do. **Psicologia da educação**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2007.
- BALESTRA, M. M. M. **A Psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade**. Curitiba: Ibpex, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010.
- CERISARA, A. B. **O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no Contexto das Reformas**. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Campinas - Vol. 23, n. 80, set., 2002.
- COLLS, C.; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CURY, A. J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- GOERGEN, P. **Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades**. Educ. Soc., out. 2007, v. 28, n. 100, ISSN 0101-7330.
- HÖFLING, E. de M. **Estado e Políticas (Públicas) sociais**. Cadernos CEDES, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- KUHLMANN, M. Jr. **Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- LIBANEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, M. K. de. **Teorias psicogenéticas em discussão**. 5. Ed. São Paulo: Sumus, 1992.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, J. **A formação de símbolo na Criança: Imitação, jogo, imagem e representação**. Tradução de Álvaro Cabral e Cristiane Oiticia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

POSNER, D.; BOIX, C. **Capital Social y Democracia**. Revista Española de Ciência Política. Madri: Vol.1, n.2, abril 2000.

RAPOPORT, A.; SARMENTO, D. F.; NÖRNBER G, M. P. **A criança de 6 anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELOS, M. S. **Ousar Brincar**. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Humor e alegria na educação**. São Paulo: Summus, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

WADSWORTH, B. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1997.

APÊNDICE



*FACHADA EXTERNA DA CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MIGUEL FRÓES



